

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Imigração brasileira em Portugal

Lara da Rosa Duarte

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Professor Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Associado, Iscte - Instituto
Universitário de Lisboa

Novembro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Imigração brasileira em Portugal

Lara da Rosa Duarte

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Professor Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Associado, Iscte - Instituto
Universitário de Lisboa

Novembro, 2023

A vida me fez de vez em quando pertencer, como se fosse para me dar a medida do que eu perco não pertencendo. E então eu soube: pertencer é viver.

Clarice Lispector, (1999)

Agradecimentos

A realização do meu Mestrado em Serviço Social não foi um esforço individual, mas sim um esforço coletivo. Acredito profundamente no valor dos laços e conexões humanas que construí ao longo da minha trajetória. Portanto, quero expressar o meu agradecimento a todos que fizeram parte diretamente e indiretamente desse percurso.

Desejo expressar o meu sincero agradecimento à minha família, que permaneceu ao meu lado, mesmo com um oceano de distância nos separando, oferecendo apoio, incentivo e amor incondicional. Especialmente à minha mãe, Iara, que, embora não estivesse presente fisicamente, permaneceu em meus pensamentos e em meu coração durante toda a minha jornada acadêmica. Carrego os seus ensinamentos, a sua ternura e o seu amor pela vida comigo.

Também desejo agradecer à minha “família de coração” que me acolheu em terras portuguesas. Cristina, Manuel e a avó Leonor, seu carinho, compreensão e apoio foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Muito obrigada.

Desejo expressar o meu agradecimento ao meu companheiro, Gonçalo, por transformar cada local que compartilhamos em um lar. Suas palavras de carinho, o abraço acolhedor e a sua constante presença em todos os momentos são inestimáveis. Muito obrigada.

Quero expressar o meu agradecimento aos Professores do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa e ao meu orientador Professor Dr. Jorge Ferreira, que me acompanharam ao longo dos últimos anos de aprendizagem. Agradeço por sua sabedoria, ensinamentos e experiências compartilhadas, os quais desempenharam um papel significativo no meu crescimento pessoal e profissional. Suas contribuições foram indispensáveis para minha jornada acadêmica.

E, por fim, quero expressar o meu agradecimento a todos os participantes nesta pesquisa. Se não fosse pela vossa disposição e cooperação, não seria viável desenvolver este estudo. A cada um, meu mais sincero agradecimento.

Resumo

O presente trabalho é produto de uma Dissertação de Mestrado em Serviço Social, intitulada "Imigração brasileira em Portugal". Esta pesquisa procurou sistematizar a percepção dos imigrantes brasileiros relativamente ao processo de integração social, participação social e cultural e acolhimento em Portugal. De modo a considerar a pertinência do aprofundamento e da compreensão deste fenómeno a partir da perspectiva do Serviço Social, em virtude das diversas e complexas demandas que podem surgir durante o processo de migração em novo contexto societário.

Este estudo foi conduzido por meio da aplicação de um inquérito por questionário *online* destinado aos imigrantes brasileiros entre os 18 e 65 anos de idade residentes em Portugal, obtendo um total de n=104 participantes. Utilizou-se uma abordagem quantitativa, pelo que se recorreu à triangulação de métodos para a análise dos dados, tendo em vista os objetivos do estudo. Os resultados apresentados se revelam significativos e pertinentes no âmbito da pesquisa em Serviço Social. Especificamente, na contribuição para melhorias do bem-estar da população imigrante, bem como para o contexto mais amplo de integração e participação social e cultural. Isto é particularmente relevante à luz dos valores e princípios fundamentais que regem a práxis do Serviço Social.

Palavras-chave: imigração brasileira; participação; acolhimento; integração; Serviço Social.

Abstract

This work is the product of a Master's Dissertation in Social Work entitled "Brazilian Immigration in Portugal." This research seeks to systematize the perception of Brazilian immigrants regarding the process of social integration, social and cultural participation, and reception in Portugal. It aims to consider the relevance of delving deeper into and understanding this phenomenon from the perspective of Social Work, given the diverse and complex demands that may arise during the migration process in a new societal context.

This study was conducted through the application of an online questionnaire survey aimed at Brazilian immigrants between 18 and 65 years old residing in Portugal, resulting in a total of n=104 participants. A quantitative approach was employed, utilizing method triangulation for data analysis, aligning with the study's objectives. The presented results are significant and relevant within the scope of Social Work research. Specifically, they contribute to improving the well-being of the immigrant population, as well as to the broader context of social and cultural integration and participation. This is particularly relevant in light of the fundamental values and principles guiding the practice of Social Work.

Keywords: Brazilian immigration; participation; reception; integration; Social Work.

Índice

Agradecimento	ii
Resumo	i
Abstract	iii
Glossário de Siglas.....	vi
Índice de tabelas.....	vii
Índice de Figuras	vii
Índice de Gráficos	x
Introdução	1
Capítulo I – Questões jurídicas e normativas da imigração brasileira em Portugal	3
1.1 Questões legais da imigração brasileira em Portugal	3
1.3 Breve contextualização da migração brasileira em Portugal	8
Capítulo II – Método	11
2.1 Campo empírico	12
2.2 Universo e amostra	13
2.3 Técnicas de recolha e tratamento de dados	13
2.4 Questões Éticas	15
Capítulo III – Resultados	17
3.2 Caracterização sociodemográfica	17
3.3 Caracterização das condições socioeconómicas	19
3.4 Caracterização da Situação legal em Portugal	20
Capítulo IV – Discussão	25
4.1 Vivências de Participação, Integração e acolhimento: análise das perceções dos participantes	25
Conclusão	39
Referências Bibliográficas	43
Anexos	45
Anexo 1. Processo de Investigação.....	45
Anexo 2. Inquérito	46
Anexo 3. Tipos de Vistos	63
Anexo 4. Tabela de Correlações	
<i>Descrição estatística e correlações das variáveis do estudo.</i>	75
Anexo 5. Quadro de dimensões de análise	77
Anexo 6. Quais das seguintes instituições considera ser importante para apoiar a sua integração?	79

Glossário de Siglas

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

AR – Autorização de Residência

APASS – Associação Portuguesa de Assistentes Sociais

BR – Brasil

CDAS – Código Deontológico Português

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DRE – Diário da República

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MP – Ministério Público

PT – Portugal

RIFA – Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Índice de tabelas

Tabela 1. Processo de Investigação

Tabela 2. Tipo de visto

Tabela 3. Correlações das variáveis em estudo

Tabela 4. Caracterização sociodemográfica da população imigrante participante no estudo

Tabela 5. Ano de Entrada em Portugal (n=100)

Tabela 6. Estatuto socioeconómico (n=36)

Tabela 7. Motivação da estadia em Portugal (n=104).

Índice de Figuras

Figura 1 – Técnica de Análise de Conteúdo.

Figura 2 – Competências específicas do Serviço Social.

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Motivação na concessão de Autorizações de Residência.

Gráfico 2. Evolução de solicitação do Estatuto de Igualdade.

Gráfico 3. Tendência evolutiva de brasileiros residentes em Portugal.

Gráfico 4. Agregado Familiar (filhos).

Gráfico 5. Área de Residência.

Gráfico 6. Tipos de apoio recebidos em Portugal.

Gráfico 7. Situação legal da entrada em Portugal (n=104).

Gráfico 8. Duração da Estada em Portugal.

Gráfico 9. Nível de Adaptação em Portugal.

Gráfico 10. Tipos de dificuldades enfrentadas (n=104).

Gráfico 11. Locais de Discriminação

Gráfico 12. Caracterização de discriminação (n=104)

Gráfico 13. Experienciação de dificuldades no acesso a bens e serviços com base em estereótipos.

Gráfico 14. Percepções sobre a valorização das variações linguísticas da língua portuguesa em Portugal.

Gráfico 15. Importância de participar de Associações/Grupos em Portugal (n=100).

Gráfico 16. Distribuição dos Inquiridos por Tipos de Associações/Grupos.

Gráfico 17. Integração (n=100).

Gráfico 18. Percepção de práticas de acolhimento em Portugal (n=100).

Gráfico 19. – Frequência de respostas aos itens da variável “Participação Social e Cultural” (n=100).

Introdução

A presente investigação é produto de uma Dissertação de Mestrado em Serviço Social, intitulada “Imigração brasileira em Portugal”. A escolha desta temática resultou inicialmente do interesse da pesquisadora no âmbito da imigração, sobretudo na imigração brasileira em direção a Portugal, devido à relevância da imigração como fenómeno global e os seus impactos nos contextos socioculturais, económicos e políticos. Salienta-se a pertinência do aprofundamento e da compreensão deste fenómeno a partir da perspectiva do Serviço Social, em virtude de diversas e complexas demandas que podem surgir durante o processo de migração.

Nesse horizonte, Rui Pena Pires (2012) afirma que Portugal tem desempenhado um papel central tanto como destino quanto como ponto de partida de migrações internacionais desde os anos 80. Anteriormente conhecido pela sua tradição emigratória, o país agora está a vivenciar um fenómeno crescente de imigração, o que está introduzindo novos desafios à estrutura social portuguesa. Ao longo dos anos, a imigração brasileira para Portugal tem crescido de maneira exponencial e mantém-se como a mais significativa em termos de representatividade, constituindo-se como a principal comunidade estrangeira no país (SEFSTAT, 2022).

Dessa maneira, este estudo guiou-se inicialmente a partir da seguinte pergunta de investigação: “Como os cidadãos imigrantes de nacionalidade brasileira percebem o processo de Integração Social, Participação Social e Cultural e Acolhimento em Portugal?”. Assim, o objetivo geral desta investigação foi identificar a percepção dos cidadãos imigrantes de nacionalidade brasileira relativamente ao seu processo integração social, participação social e cultural e acolhimento em Portugal. Para alcançar os propósitos desta pesquisa, foram delineados três objetivos específicos, nomeadamente: (1) Tipificar a imigração brasileira em Portugal de forma a gerar conhecimento para a compreensão deste fluxo migratório; (2) Sistematizar a percepção dos imigrantes brasileiros em Portugal sobre o processo integração social, participação social e cultural e acolhimento e (3) Analisar as particularidades e singularidades das questões legais e normativas da imigração brasileira em Portugal. Este estudo contou também com duas hipóteses de pesquisa, nomeadamente a H1: As vivências enquanto imigrantes brasileiros em Portugal estão associadas às vivências de discriminação e H2: As práticas de acolhimento em Portugal estão associadas a participação social e cultural dos imigrantes brasileiros.

Desta forma a estrutura deste trabalho é delineada a partir de quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Questões jurídicas e normativas da imigração brasileira em Portugal” concentra-se na análise das particularidades e singularidades das questões legais e normativas relacionadas à imigração brasileira em Portugal. Este capítulo dedica-se ao aprofundamento das

questões legais, acordos bilaterais, bem como uma breve contextualização da imigração brasileira em Portugal. No segundo capítulo, denominado "Método", são discutidos os procedimentos de pesquisa, tais como a abordagem do estudo, as técnicas de análise dos dados obtidos, a composição da amostra, o campo empírico e as questões éticas na investigação. No terceiro capítulo, intitulado "Apresentação dos resultados", analisam-se as características dos participantes no estudo, através da análise de dados estatísticos. O capítulo inclui a codificação de variáveis e uma análise das categorias sociodemográficas, identidade de género, orientação sexual, origem e/ou pertencimento étnico-racial, estado civil, faixa etária e nível de educação. Além disso, são apresentadas informações sobre a caracterização socioeconômica e a situação legal dos participantes.

O quarto capítulo, intitulado "Discussão," inclui a discussão pormenorizada e reflexão crítica das percepções sobre as vivências de discriminação, a participação social e cultural, a integração social e o acolhimento, bem como a apresentação das hipóteses de pesquisa. Por fim, a conclusão da investigação, na qual se apresenta uma síntese do que foi discutido no presente estudo e os resultados obtidos. Posteriormente encontram-se as referências bibliográficas que fundamentaram e guiaram a pesquisa assim como os anexos com documentos pertinentes para análise e compreensão do estudo¹.

¹ Documento disponível para consulta em anexo (Anexo 1).

Capítulo I – Questões jurídicas e normativas da imigração brasileira em Portugal

1.1 Questões legais da imigração brasileira em Portugal

A regularização do estatuto migratório e a obtenção de residência legal representam pilares fundamentais para uma integração bem-sucedida da população imigrante² no país de acolhimento. Nesse contexto, onde as políticas públicas desempenham um papel crucial, os processos de regularização são um exemplo, pois o seu principal objetivo é resolver a condição irregular em que se encontram os imigrantes, ou seja, a ausência dos documentos necessários para garantir sua permanência legal (Padilha, 2017). À semelhança de outras nacionalidades, a população imigrante brasileira é regulada em Portugal pela Lei de Estrangeiros promulgada em 4 de julho de 2007 que rege a situação dos imigrantes no país, nomeadamente a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (MP, 2023).

Em resposta ao fluxo migratório e às suas especificidades, a Lei da Imigração sofreu várias alterações³ ao longo do tempo, com a sua redação mais atual de 2022, a 11.ª edição⁴ que foi introduzida através da retificação n.º 27/2022, de 21 de outubro de 2022. Assim, "estas medidas partem também do reconhecimento e valorização do impacto positivo e indispensável dos imigrantes no Estado social português" (OC, 2022, p.5). Considera-se pertinente destacar algumas das alterações, a começar pela concessão de vistos de curta duração, estadia temporária para procura de emprego e o regime excecional (Acordo de Mobilidade CPLP) para pedidos de vistos de residência aplicáveis a nacionais dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como a possibilidade de concessão de vistos de estadia temporária ou de residência a familiares de requerentes de vistos de estadia temporária ou residência, permitindo que as famílias entrem juntas no território nacional.

Estas atualizações respondem a diferentes necessidades, como a mão de obra em várias áreas, o problema demográfico do país, a promoção de fluxos migratórios regulares para combater a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos, e para promover a mobilidade e a liberdade de circulação no âmbito da CPLP (ACM, 2022). Os cidadãos brasileiros que se dirijam à Portugal com a intenção de residir no país devem cumprir os requisitos específicos para cada

² Considera-se imigrante “o cidadão que tenha a intenção de se fixar por mais de um ano num país diferente do seu. A decisão sobre quem conta ou não como imigrante varia consideravelmente em função dos países e das instituições responsáveis pela gestão dos fluxos migratórios. Os critérios podem centrar-se na naturalidade dos cidadãos, na sua nacionalidade, na duração da sua permanência no país de acolhimento, ou mesmo no grau de envolvimento que desenvolveram com esse país” (ACM, 2023, paginação irregular).

³ Alterações feitas na Lei de Imigração <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2007-67564445>

⁴ Lei dos Estrangeiros - DRE - <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/23-2007-635814>

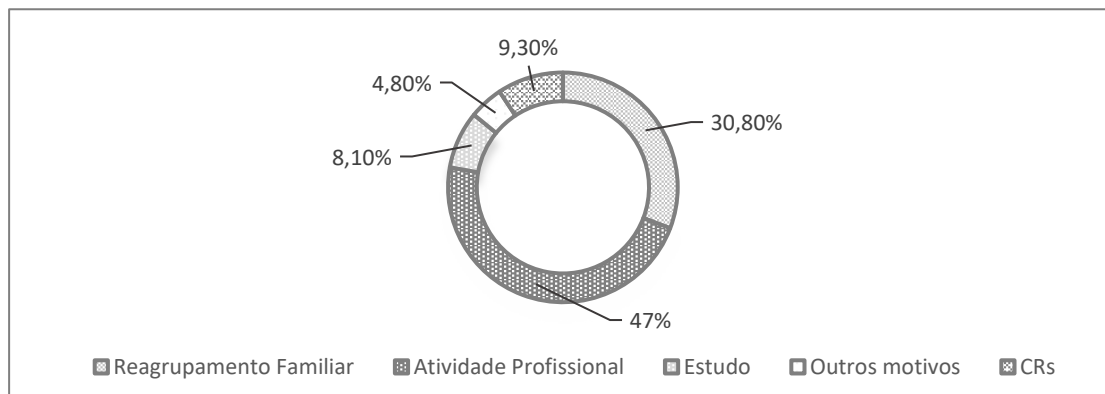
tipo de visto⁵, de forma a garantir a sua permanência legal em território português, exceto para estadias de curta duração em que os nacionais de países terceiros estão isentos de visto (SEF, 2023). Em relação às questões de entrada e permanência, os cidadãos brasileiros, assim como os demais imigrantes, devem portar passaporte válido do país de origem com validade superior a, no mínimo, três meses a duração da estadia pretendida; ser titular de um visto de entrada válido, adequado à sua estadia; dispor de meios de subsistência suficientes para o período de estadia ou estar em condições de os adquirir legalmente e, por fim, não estar inscrito no Sistema Integrado de Informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ou no Sistema de Informação Schengen (SEF, 2023).

Contudo, recentemente o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), entidade responsável por tratar de questões relacionadas a autorizações de residência, renovações de visto e outros assuntos administrativos relacionados à imigração em Portugal, encontra-se em processo de extinção. De acordo com o Relatório de Acompanhamento da Atividade e Processo de Extinção do SEF (2023), este processo provocou um atraso de mais de dois anos na validação dos processos de obtenção de residência. No que diz respeito aos vistos, existem vários tipos, cada um correspondendo a diferentes finalidades, tais como: turismo; estudos; trabalho; empreendedorismo e reagrupamento familiar. O visto é concedido mediante o cumprimento de determinados requisitos estabelecidos pelas autoridades portuguesas (SEF, 2023).

Relativamente ao visto de estadia temporária, este destina-se à entrada para estadias por um período inferior a um ano em Portugal, sendo válido para a duração da estadia e para diferentes entradas em território nacional (MNE, 2023). De acordo com a nova Lei, existe um novo tipo de visto que permite ao cidadão estrangeiro deslocar-se para Portugal com a finalidade de procurar trabalho, de forma a autorizar o exercício de atividade laboral dependente, até ao termo de duração do visto ou até a concessão de autorização de residência (MNE, 2023). Quanto à residência, esta refere-se ao direito de o cidadão imigrante viver em Portugal por um período prolongado. O visto de residência pode ser obtido após a concessão de um visto de longa duração e, em alguns casos, através de programas de residência específicos, como o Visto D7 para aposentados ou pessoas com rendimentos próprios suficientes (SEF, 2023). Assim, no que diz respeito à concessão de autorizações de residência respeitantes aos cidadãos brasileiros, é possível verificar como demonstra o Gráfico 1 as motivações mais relevantes, que são, respetivamente, a atividade profissional (47%) e o reagrupamento familiar (30,80%) – dados referentes ao ano de 2022, ano de registo do último recenseamento em Portugal.

⁵ Documento disponível para consulta em anexo (Anexo 3)

Gráfico 1 – Motivação na concessão de Autorizações de Residência.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo RIFA (2022).

É pertinente destacar que o cidadão imigrante com autorização de residência válida possui o direito de solicitar o reagrupamento familiar junto aos membros da família que se encontrem fora do território português.

1.2 Acordos bilaterais entre Portugal e Brasil

Os acordos bilaterais são consolidados entre Estados ou Organizações Internacionais e que podem abordar múltiplos temas. Para Soares (2011), este tipo de acordo representa o envolvimento bilateral entre dois sujeitos de direito internacional (Estado ou Organizações) que resulta na troca de instrumentos de ratificação pelas partes signatárias, existindo normalmente a reciprocidade de concessões neste tipo de acordo. Assim, relativamente ao relacionamento bilateral entre Portugal e Brasil, este é enquadrado pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e República Federativa do Brasil assinado em 22 de abril de 2000. O tratado vigente marcou as comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses em terras brasileiras e pretendia fortalecer e consolidar as relações entre os países (MP, 2023). Além disso, visava o desenvolvimento social, económico, cultural, o reforço das relações e os laços entre os dois países participantes bem como a consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (DRE, decreto n.º 3927, 2001).

Este tratado define o quadro geral das relações recíprocas entre as duas nações, tendo em vista a convergência de objetivos e a necessidade de consolidar e desenvolver laços entre os países (MP, 2023). Os acordos bilaterais que regulam as relações entre Portugal e Brasil são enquadrados pelo Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil sobre o Tratado mencionado anteriormente. Estes acordos integram diferentes domínios como o comércio, o investimento, a educação, a cultura, a defesa e a cooperação técnica. Nesse seguimento, os principais pontos debatidos no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta

entre Portugal e Brasil estão vinculados aos acordos da consolidação da Comunidade de Língua Portuguesa (Art.1º § 3), nomeadamente o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 1990, o qual teve como finalidade unificar a ortografia da língua portuguesa nos países que a adotam como língua oficial, incluindo Portugal e Brasil. Salienta-se, ainda, a Cooperação cultural, científica e tecnológica, a cooperação no domínio do ensino e da pesquisa e por fim o reconhecimento de graus e títulos académicos e de títulos de especialização e o acesso a profissões e o seu exercício.

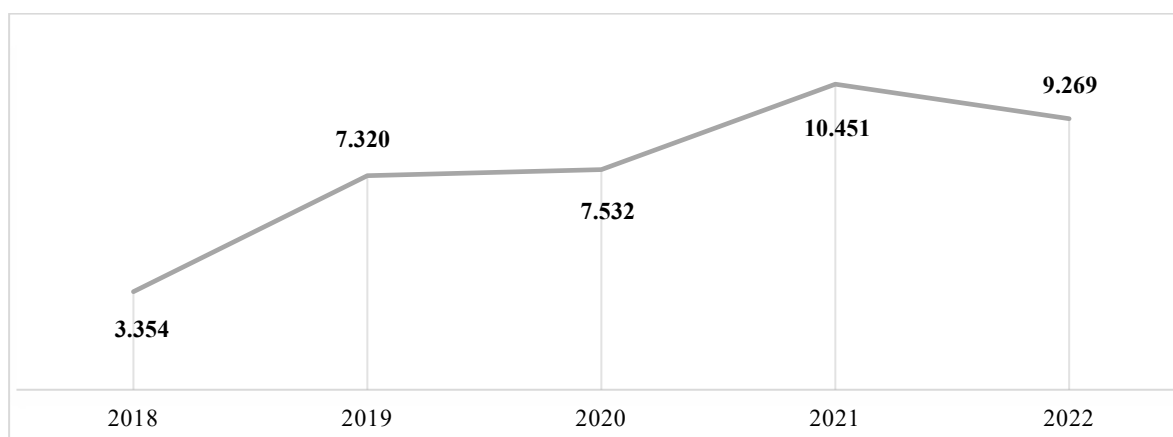
Já no âmbito do Acordo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas entre Portugal e Brasil, salienta-se a intensificação dos laços e cooperação entre os países através da facilitação da circulação dos seus nacionais. Uma das medidas estabelecidas é a isenção do Visto para entrada de titulares de passaportes comuns válidos em território português e brasileiro por um período de 90 dias prorrogáveis sem a necessidade de visto para fins de turismo, jornalismo, negócios ou fins culturais (Art. 7º §1 e 2) e o regime de reciprocidade que isenta a cobrança de taxa de residência (Art. 11º).

Entende-se, para este fim, a necessidade de estimular o intercâmbio não só de professores, estudantes, escritores, artistas, cientistas, pesquisadores, técnicos e demais representantes de outras atividades culturais, mas também o intercâmbio de informações de documentação científica, técnica e tecnológica. Destaca-se, desse modo, o Acordo de Cooperação em Educação, assinado em 2010 (DRE, 2003), que busca fortalecer a cooperação entre Portugal e Brasil no campo da educação, facilitando o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, além de promover a cooperação académica e científica. Outro acordo a destacar é o Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social que abrange de igual forma os nacionais portugueses e brasileiros que tenham contribuído para a segurança social em PT e no BR de modo a equiparar os direitos e os deveres em matéria de Segurança Social⁶ (ISS, I.P, 2021). Por fim, o acordo sobre Cooperação em Defesa, assinado em 2006, estabelece as bases para a cooperação bilateral em defesa, abrangendo áreas como o treinamento militar, intercâmbio de informações, exercícios conjuntos e ações de assistência humanitária (MDN, 2023). Além disso, é de ressaltar o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres no âmbito do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República de Portugal e a República Federativa do Brasil (artigo 15º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de dezembro). O referido Estatuto dispõe sobre o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres entre portugueses e brasileiros.

⁶Acesso em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/d1457.htm.

O Estatuto mencionado confere aos cidadãos brasileiros e portugueses que não se encontrem no seu território um conjunto de direitos à semelhança dos seus nacionais nas áreas do trabalho, economia, política, entre outras. A requisição do Estatuto por parte dos imigrantes brasileiros em Portugal necessita de ser realizada no Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF) de maneira presencial ou *on-line*, desde que disponha de Autorização de Residência em Portugal (AR) por no mínimo dois anos (SEF, 2023). No que respeita o Estatuto de Igualdade de Direitos Políticos, o brasileiro requerente deve possuir AR por no mínimo três anos e ter obtido previamente o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres, para além de não se encontrar privado dos direitos políticos no Brasil (DRE, 2003). De acordo com os dados do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA, 2022) foram concedidos 9.269 estatutos de igualdade, entre os quais 9.145 correspondem a pedidos de igualdade de direitos e deveres e 124 relativos aos pedidos de igualdade de direitos políticos.

Gráfico 2 - Evolução de solicitação do Estatuto de Igualdade.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do RIFA (2022), consultados a junho de 2023.

Para a elaboração deste gráfico, foi tido como referência para análise o ano de 2022, o que permitiu a comparação com os anos anteriores. A partir do Gráfico 2 verifica-se que em 2022 ocorreu um decréscimo de 11,3% do número de cidadãos que solicitaram o estatuto de igualdade, tendo em vista que este decréscimo está associado aos contexto de pandemia COVID-19 de modo a contrapor o ano de 2021, apesar de se verificar o aumento de brasileiros residentes em Portugal no ano de 2022 (239.676) comparado a 2021 (204.669) (PORDATA,2023).

Recentemente, no plano das relações em prol do fortalecimento dos vínculos entre Portugal e Brasil, realizou-se no dia 16 de março de 2023 em Portugal a 9.^a Comissão Permanente

Bilateral com o Brasil⁷. Esses encontros abrangem aspetos políticos, económicos e culturais que proporcionam um espaço crucial para a discussão de temas de interesse mútuo e para o estabelecimento de acordos e parcerias que afetam diretamente a vida dos cidadãos. Relativamente à 9ª Comissão, esta teve como objetivo a preparação da 13.ª Cimeira LusoBrasileira, na qual foi possível registar um vasto conjunto de temas de cooperação bilateral, como a mobilidade, a economia, a transição energética, os oceanos, a língua e a cultura, a cooperação na área de segurança e defesa e a ciência, sendo igualmente discutidas as questões mais relevantes da agenda internacional.

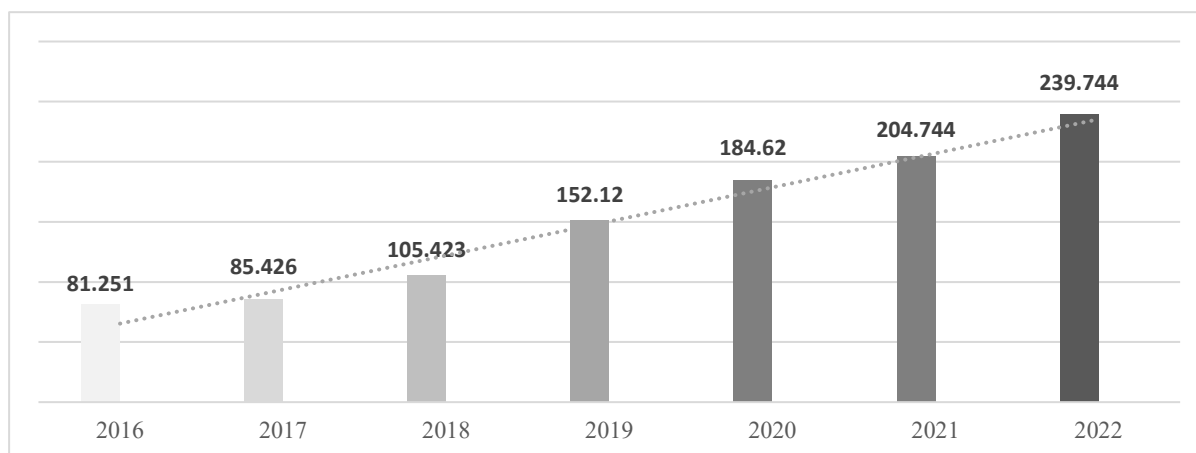
É notória a relevância das Cimeiras Luso-Brasileira, pois esta constitui-se como um importante espaço democrático marcado pela sua importância histórica e pelos laços de cooperação entre os países. Ao considerar a relevância das Cimeiras Luso-Brasileiras como um espaço democrático e marcado por laços de cooperação, torna-se importante refletir sobre o impacto desses encontros para a construção contínua de compreensão mútua, de cooperação e de diálogo de modo a reforçar os laços históricos e culturais entre as comunidades brasileira e portuguesa.

1.3 Breve contextualização da migração brasileira em Portugal

A migração brasileira para Portugal ao longo do tempo tem apresentado constantes mudanças, tanto nos aspetos relativos ao fluxo migratório, como nas suas características sociais (Malheiros, 2007; Padilha et al., 2015). Assim, pode-se compreender que a “migração brasileira, dentro de uma perspetiva portuguesa, é compreensível à luz da experiência colonial. Ou seja, faz parte de um quadro cognitivo que explica e dá sentido à movimentação de pessoas entre Brasil e Portugal. Temos assim, uma «velha» imigração” (Machado, 2007, p.2). Atualmente observa-se a intensificação do fluxo migratório de brasileiros em direção a Portugal, tendência que vem sendo observada nos últimos anos. De acordo com dados disponibilizados pelo SEF (2022), os imigrantes de nacionalidade brasileira constituem a principal comunidade estrangeira residente, com cerca de 239 mil brasileiros titulares de autorização de residência, o que equivale a 30,7% do total da comunidade estrangeira residente no país.

⁷ Informação obtida a partir do: Portal Diplomático Ministério de Negócios Estrangeiros (2023). Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/>

Gráfico 3 – Tendência evolutiva de brasileiros residentes em Portugal.



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos Relatórios de Imigração Fronteira e Asilo (RIFA).

Este fenómeno migratório expressa uma relação complexa entre Brasil e Portugal, manifestando implicações significativas nas dinâmicas das relações sociais, económicas, políticas e culturais entre os países. Os autores (Góis et al.; 2009) indicam que o crescimento da imigração brasileira para Portugal está relacionado com a tendência geral da imigração em Portugal até ao início do século XXI, sendo posteriormente diferenciada de maneira evidente. Os deslocamentos da população brasileira em direção a Portugal têm sido objeto de análise por parte de diversos estudiosos. Neste quadro, emerge a conceção das “vagas migratórias”, (Machado, 2006; Malheiros, 2007; Peixoto et al., 2015) uma terminologia empregada para descrever, analisar e compreender os volumes, os padrões, as características e os impactos da migração brasileira em Portugal.

Nesse contexto, Fernandes e colaboradores (2021) realizam uma concisa contextualização das vagas migratórias associadas aos imigrantes brasileiros. Tendo em conta a perspetiva dos autores, a primeira onda migratória é datada no período compreendido entre os anos de 1970 e 1990, sendo caracterizada por imigrantes brasileiros qualificados, ou seja, pessoas com habilidades e formação académica que foram para Portugal em busca de oportunidades. A chegada desses imigrantes contribuiu para a modernização da sociedade e economia portuguesa (Fernandes; Peixoto & Oltramari, 2021). Como indicado por França & Padilha (2019), após o período da primeira onda de imigração de brasileiros (1970 a 1990), nos anos 2000 inicia-se a “segunda vaga”, a qual prolonga-se até à crise de 2008. Com efeito disso, observa-se a primeira diminuição do número de imigrantes brasileiros, sendo registado o retorno de muitos ao Brasil. Ressalta-se ainda que a “perceção da imigração brasileira, em especial da segunda vaga, é atravessada por uma forte presença de estereótipos baseados em um imaginário colonial que

constroem os sujeitos das ex-colônias como subalternos, inferiores e ignorantes” (Machado, 2003 in França; Padinha, 2018, p. 212).

Quanto à “terceira vaga”, esta é caracterizada como “mais numerosa e de características diversas, ou se, pelo contrário, foi apenas a “segunda vaga” que se intensificou durante os últimos anos” (Góis et al.; 2009, p.129). Em relação aos últimos anos, verificou-se uma nova alteração ao que se nomeou a “quarta onda” da migração brasileira para Portugal, a qual teve como contexto o período de intervenção da troika no ano de 2014, pelo que Portugal neste período experienciou uma mudança no quadro económico e político (Fernandes; Peixoto & Oltramari, 2021). A partir desta significativa alteração no contexto económico e político, manifestaram-se nos indicadores claros de crescimento, tanto na expansão das oportunidades de emprego quanto na redução do desemprego em Portugal. Este período foi acompanhado por um aumento substancial no fluxo de imigração para o país, com destaque para a migração proveniente do Brasil. Entretanto, esta nova vaga migratória em comparação com a onda migratória anterior possui ainda mais diversidade (Fernandes; Peixoto & Oltramari, 2021). Assim, este quadro “impõe outras novidades frente ao fenómeno da migração brasileira: a mudança gradual no perfil do imigrante ao mesmo tempo em que aumenta substancialmente o total da população brasileira em Portugal” (Machado, 2007, p.10).

Capítulo II – Método

A investigação científica é um procedimento organizado que permite analisar fenómenos com o objetivo de obter respostas para questões específicas que requerem investigação. Esse processo é caracterizado por Fortin (2009) pelo seu carácter sistemático e rigoroso, conduzindo à aquisição de novos conhecimentos. Em concordância com Coutinho (2023), a presente investigação enquadra-se no paradigma sociocrítico⁸. O paradigma na pesquisa científica desempenha a função de consolidar conceitos, perspetivas compartilhadas, pertencimento a uma identidade comum relacionada a questões teóricas e metodológicas, e a validação entre pesquisadores, uma vez que um paradigma específico estabelece critérios para a validade e interpretação (Coutinho, 2023). Para a realização deste estudo, optou-se por uma abordagem quantitativa.

No quadro da coleta de dados, foi recorrido à aplicação de um inquérito por questionário, utilizando técnicas quantitativas na análise. Essas técnicas tiveram como objetivo obter as informações sobre os problemas em estudo, sendo que as suas conclusões foram derivadas através de correlações estatísticas e distribuição de frequências das variáveis de interesse: (1) Vivências como imigrante; (2) Experiências de discriminação; (3) Perceção das práticas de acolhimento; e (4) Participação Social e Cultural. Além disso, este estudo contou com duas hipóteses de pesquisa: H1 A vivência como imigrante brasileiro em Portugal está associada às experiências de discriminação; e H2 As práticas de acolhimento em Portugal estão relacionadas à participação social e cultural dos imigrantes brasileiros.

Destaca-se que, durante a análise dos dados, foi dada especial atenção às respostas dos participantes na pergunta aberta opcional contida no inquérito. Essa etapa da análise foi conduzida por meio da análise de conteúdo⁹ (Bardin, 2022), envolvendo três fases distintas: (1) Pré-análise, que consistiu na organização das informações para estabelecer um esquema preciso do processo de análise; (2) Exploração do material, realizada através da codificação baseada em regras pré-estabelecidas¹⁰; e (3) Tratamento dos resultados e interpretação, englobando a formulação de inferências e a antecipação de interpretações alinhadas com os objetivos planejados (Bardin, 2022).

⁸ “A teoria crítica rejeita a possibilidade de um conhecimento objetivo. Não há perspetivas neutras ou desinteressadas na investigação, porque todo o investigador está situado socialmente e defende sempre os interesses de um dado grupo social” (Coutinho, 2022, p.20).

⁹ Verificar Grelha de Análise de Conteúdo (Anexo 4).

¹⁰ Consultar Anexo 5.

2.1 Campo empírico

O objecto de estudo da presente investigação constitui-se pela imigração brasileira em Portugal, pelo que “no âmbito do Serviço Social, o objeto integra-se sempre numa problemática, colocando desafios num processo de conceptualização e aprofundamento do mesmo” (Ferreira, 2011, p.73). O campo empírico desta pesquisa, abrange indivíduos imigrantes de nacionalidade brasileira entre os 18 e 65 anos de idade sem distinção de sexo ou género que se encontrem em território português. Para a coleta de dados, optou-se por recorrer às redes sociais (Facebook, *Instagram*, *WhatsApp*), apoiando-se na compreensão de que as Mídias Sociais¹¹ se constituem como canais de interações e trocas de informações populares entre a população imigrante. A escolha do campo empírico é respaldada por grupos virtuais de apoio a imigrantes brasileiros em Portugal. Estes grupos oferecem uma participação aberta, facilitando a interação com a população em estudo.

No que se refere ao contato com os participantes, foi realizado um levantamento prévio de grupos virtuais abertos de apoio, voltados para imigrantes brasileiros em Portugal. Com base nessa pesquisa inicial, foi elaborado um *post* (postagem) nas redes sociais referenciadas acima com um pedido de colaboração, bem como informações e detalhes sobre o estudo tais como: (1) objetivos; (2) Instituição onde o estudo está sendo realizado, (3) Nome da pesquisadora e suas informações de contato; (4) Critérios de participação; (5) Consentimento informado e (6) Garantia de anonimato dos participantes, sendo que, no final destas informações foi facultado um link redirecionando para a participação no inquérito.

2.2 Universo e amostra

Segundo Coutinho (2023), a amostragem é o processo no qual o investigador irá selecionar os sujeitos que irão participar num estudo, sendo a população acessível parte da população da qual se selecionará a amostra. Assim, Coutinho (2023) define a amostra como um conjunto de sujeitos de quem se recolherá os dados tendo as mesmas características da população de onde foi retirada. Dessa maneira, procedeu-se a uma amostragem não-probabilística por conveniência e *snowball*, de acordo com de Bryman (2012) essa estratégia de amostragem, o pesquisador inicialmente se conecta com um pequeno grupo de indivíduos pertinentes ao tema

¹¹ Consultar Webdiásporas e redes sociais: práticas comunicativas de imigrantes brasileiros em Portugal. <http://hdl.handle.net/10362/146248>

de pesquisa, e a partir deles, expande suas conexões para alcançar outros participantes. No que diz respeito à composição da amostra de participantes, esta obedeceu a critérios específicos considerados relevantes para a presente pesquisa, nomeadamente: (1) ter nacionalidade brasileira; (2) ter residência em território português; (3) ter entre 18 e 65 anos de idade – sem distinção de sexo ou género. Relativamente ao tamanho da amostra, obteve-se o total de (*n*) 104 participantes na presente investigação.

2.3 Técnicas de recolha e tratamento de dados

Realizou-se, num primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica e análise do enquadramento do tema a partir de uma pesquisa documental recorrendo às legislações, relatórios técnicos, livros, estudos e outros textos pertinentes no domínio da temática, de modo a contribuir para a obtenção de conhecimento e compreensão sobre a situação atual do tema e problema apresentados. Adotou-se uma abordagem de pesquisa dedutiva, essa abordagem baseou-se na lógica do raciocínio dedutivo, partindo das premissas teóricas e hipóteses do estudo para chegar a conclusões particulares sobre a perceção dos imigrantes brasileiros em Portugal. Mobilizou-se como técnica a análise de dados inferencial, a qual foi fundamental para estender as conclusões obtidas da amostra estudada para a população em geral, possibilitando generalizações a partir dos dados coletados.

De forma a viabilizar a perceção dos imigrantes brasileiros relativamente ao seu processo de acolhimento, integração e participação em Portugal recorreu-se à aplicação de um inquérito eletrónico elaborado através do *software Qualtrics* com 42 perguntas compostas por questões de múltipla escolha, semifechadas, fechadas e uma pergunta aberta opcional. O uso de questões de múltipla escolha e fechadas no inquérito permitiu a coleta de dados específicos e mensuráveis, que foram essenciais para testar as hipóteses formuladas. Relativamente à pergunta aberta opcional, esta compreendia o seguinte conteúdo: “Realize, se desejar, uma breve reflexão sobre a política de imigração no contexto português e na sua relação com o Brasil” com vista a identificar o entendimento dos participantes acerca do tema.

Assim, o inquérito foi desenvolvido com base em domínios-chave que foram alvo de identificação e análise, abrangendo os seguintes aspetos: (1) Perceções de Discriminação; (2) Integração Social; (3) Participação Social e Cultural e (4) Acolhimento, bem como questões relativas ao perfil sociodemográfico e socioeconómico dos participantes. O questionário contia inicialmente uma explicação sobre os objetivos da pesquisa, identificação da investigadora, instituição e contato para dúvidas. A primeira informação disposta foi o termo de consentimento

livre e esclarecido, com o detalhamento da pesquisa, bem como o ícone para confirmar o seu consentimento.

Os dados quantitativos foram analisados utilizando o *software* estatístico IBM® SPSS® versão 29. A aplicação do questionário para a coleta de dados quantitativos foi empregada de maneira descritiva e inferencial. A abordagem descritiva permitiu uma análise minuciosa das características e experiências dos imigrantes brasileiros. Simultaneamente, a abordagem inferencial proporcionou *insights* mais amplos e generalizados sobre as tendências e padrões presentes na população em estudo. Para os dados provenientes da pergunta aberta opcional, utilizou-se o Software Atlas.ti para processamento. Este *software* ofereceu uma estrutura mais adequada para organizar e interpretar as percepções expressas pelos participantes, enriquecendo a compreensão do contexto social e cultural subjacente.

A combinação dessas abordagens foi escolhida com o propósito de realizar uma investigação mais abrangente e aprofundada nos domínios-chave identificados para análise. A aplicação do questionário foi conduzida de acordo com a disponibilidade dos participantes em colaborar com o estudo, resultando na coleta de dados realizada entre 28 de janeiro de 2023 e 24 de julho de 2023. Importante ressaltar que, ao término da participação no questionário, os participantes tiveram acesso aos dados de contato da pesquisadora responsável, caso desejassem obter informações adicionais ou acesso aos resultados da pesquisa.

2.4 Questões Éticas

Ao realizar qualquer pesquisa o investigador depara-se com implicações éticas e morais (Vilelas, 2022). Deste modo, o pesquisador deverá, durante o processo de toda a pesquisa, ter um compromisso com os princípios de responsabilidade, honestidade, confiabilidade, rigor, objetividade e integridade. Nesse contexto, no decorrer desta Dissertação de Mestrado, a pesquisadora orientou-se pelos princípios éticos da pesquisa, conforme estabelecido no Código de Conduta Ética em Pesquisa do ISCTE-IUL. Portanto, na condução desta pesquisa que envolveu pessoas, foram respeitados os direitos e liberdades assegurando o direito de os participantes decidir de forma autónoma a sua participação ou não no estudo. Para isso, o inquérito contou inicialmente com a apresentação das características e condições do estudo, disponibilizando aos participantes a declaração da sua decisão em prosseguir com o inquérito ou não, bem como a garantia do seu anonimato e confidencialidade.

Nessa perspetiva, no final da participação do inquérito, a investigadora disponibilizou o seu contacto aos participantes com a finalidade de eventuais esclarecimentos acerca da pesquisa,

bem como informações referentes aos resultados e conclusões da pesquisa. Desse modo, “o princípio de participação em qualquer tipo de investigação deve assentar numa decisão informada, livre e esclarecida sobre a natureza, implicações e riscos dessa participação” (Vilelas, 2022, p.469). Ao longo do processo de pesquisa, todos os dados coletados foram rigorosamente protegidos e mantidos de forma segura, garantindo a sua confidencialidade. Durante a criação da base de dados, medidas foram tomadas para evitar qualquer identificação dos participantes ou qualquer outra informação relacionada a eles.

Torna-se relevante destacar que o tema desta pesquisa está intimamente ligado à própria experiência e identidade da pesquisadora, o que por sua vez pode permitir tanto oportunidades de reflexão quanto desafios únicos durante o processo de investigação. Por um lado, essa proximidade pessoal permitiu uma compreensão mais profunda e empática das nuances e complexidades subjacentes ao tema em questão, sendo que a própria vivência da pesquisadora serviu como um ponto de partida valioso para estabelecer empatia e confiança com os participantes do estudo. Por outro lado, a familiaridade próxima com o tema pode representar um desafio ético significativo. Isto é, manter a objetividade e a imparcialidade da pesquisadora durante a coleta e análise dos dados, a fim de evitar a influência excessiva das próprias experiências na interpretação dos resultados. Neste contexto, foi necessário o exercício de uma postura reflexiva e crítica por parte da pesquisadora ao conduzir o estudo, pelo que a experiência pessoal foi pensada como uma ferramenta sensível para guiar e enriquecer a compreensão da temática em questão.

Capítulo III – Resultados

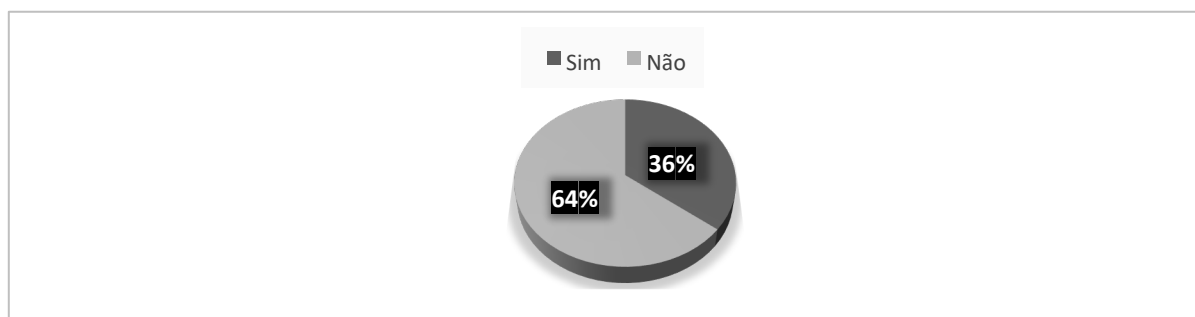
3.1 Caracterização dos participantes

Através da análise dos dados estatísticos, foi possível descrever as características dos cidadãos imigrantes que participaram deste estudo. Por meio da codificação de variáveis realizou-se uma análise das categorias sociodemográficas, identidade de género, orientação sexual, origem e/ou pertença étnico-racial, estado civil, faixa etária e nível de habilitações literárias e situação legal dos participantes e das condições socioeconómicas. Estes dados são essenciais para conhecer com maior profundidade o *background* dos participantes.

3.2 Caracterização sociodemográfica

Quanto à caracterização sociodemográfica dos participantes, encontra-se disposta na Tabela 4 a apresentação dos dados recolhidos. Assim, no que se refere à distribuição da amostra por género, verifica-se uma participação maioritariamente feminina, em que 89 participantes se identificam com o género feminino, 12 com o género masculino e 1 com género fluído. Relativamente à idade dos inquiridos verificou-se um intervalo de idades entre os 18 e 65 anos, de modo que a média da idade dos participantes corresponde a 35 anos ($M = 35,45$; $DP = 10,15$). Quanto ao estado civil, 40,2% declaram ser casados, 34,4% solteiro e 13,7% em união de facto. Ao inquirir aos participantes sobre ter filhos (Gráfico 4), 36% declaram ter filhos e 64% declaram que não têm.

Gráfico 4 – Agregado familiar (filhos).



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Tabela 4 – Caracterização sociodemográfica da população imigrante participante no estudo.

		N	%
Género	Feminino	89	87,3
	Masculino	12	11,8
	Outro	1	1,0
	Total	102	100,0
	Omisso	2	
Grupo etário	18 a 25	14	15,7
	26 a 35	34	38,2
	36 a 45	28	31,5
	46 a 65	13	14,6
	Total	89	100,0
	Omisso	15	
Estado Civil	Solteiro/a	35	34,3
	Casado/a	41	40,2
	Viúvo/a	2	2,0
	União de Facto	14	13,7
	Divorciado/a	10	9,8
	Total	102	100
	Omisso	2	
Habilitações Literárias	Entre 10º ano e o 12º ano de escolaridade	7	6,9
	Licenciatura ou Curso de especialização	37	36,3
	Habilitação superior à Licenciatura	58	56,9
	Total	102	100,0
	Omisso	2	

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Relativamente à área de residência dos participantes, verifica-se com maior representatividade a região Centro (54,8%) seguida pela Área Metropolitana de Lisboa (28,8%), como pode-se verificar na tabela a seguir:

Tabela 3 – Área de residência.

	N	%
--	---	---

Norte	8	7,7
Centro	57	54,8
Sul	6	5,8
Área Metropolitana de Lisboa	30	28,8
Área Metropolitana do Porto	3	2,9
Total	104	100,0
Omisso	0	

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Adicionalmente, em relação ao período em que os participantes chegaram a território português, constatou-se predominantemente que a maioria deles chegou durante o intervalo de tempo compreendido entre os anos de 2019 e 2023.

Tabela 5 – Ano de Entrada em Portugal.

	N	%
2001 a 2008	6	6
2009 a 2018	33	33,0
2019 a 2023	61	61,0
Total	100	100,0
Omisso	4	

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

3.3 Caracterização das condições socioeconómicas

No que se refere à situação socioeconómica respeitante aos participantes do estudo, procurouse que a população inquirida pudesse representar a sua condição socioeconómica através de uma escala de 1 a 10, onde 1 representa estatuto muito baixo e 10 estatuto elevado. Assim, verifica-se que do total dos participantes da amostra, dois declaram que se encontram em um estatuto baixo (5,6%) 15 encontram-se em um estatuto elevado (42,7%), pelo que (50%) declaram possuir estatuto socioeconómico médio.

Tabela 6 – Estatuto Socioeconómico.

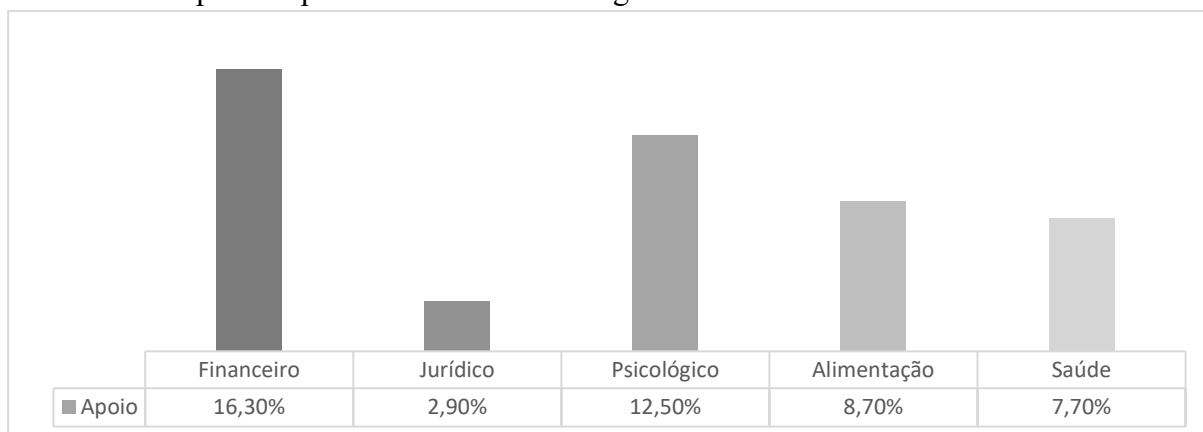
		N	%
Válido	2	2	5,6
	4	1	2,8
	5	13	36,1
	6	5	13,9
	7	11	30,6
	8	4	11,1
	Total	36	100,0
	Omisso	68	

Nota. Os dados socioeconómicos foram agrupados em 3 grupos: 1 a 3 estatuto socioeconómico baixo, 4 a 7 estatuto socioeconómico médio e 8 a 10 estatuto socioeconómico elevado.

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Adicionalmente, torna-se pertinente para o presente estudo a análise relativa aos tipos de apoios recebidos pelos participantes em Portugal. Entre os participantes, 33% relataram ter recebido algum tipo de apoio, dos quais 16,30% afirmaram ser de natureza jurídica e 12,50% psicológica, enquanto 66% declararam não ter recebido apoio. Para uma compreensão mais aprofundada dos tipos de apoio recebidos, os seguintes dados foram analisados:

Gráfico 6 – Tipos de apoio recebidos em Portugal.



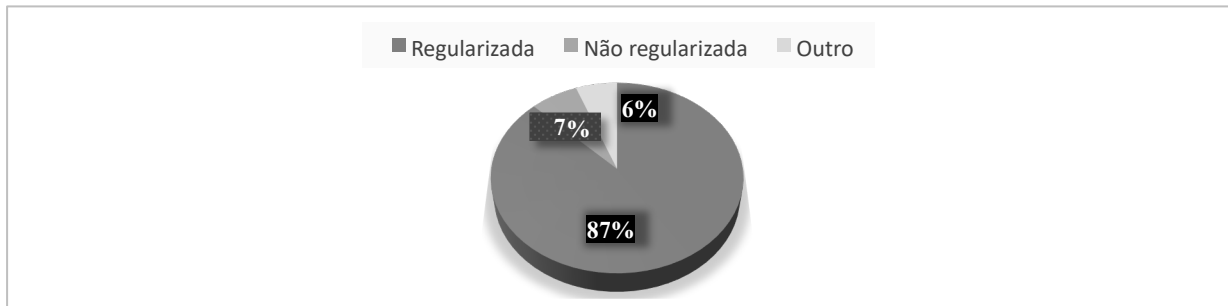
Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

3.4 Caracterização da Situação legal em Portugal

A situação legal no território português foi analisada a partir de três aspetos: (1) duração da estadia em Portugal; (2) documentação em posse dos participantes no país; e (3) estatuto de residência. No contexto dos dados relacionados à regularização, conforme demonstrado no

Gráfico 7, observa-se que os participantes que representam a maior proporção afirmam possuir situação legal regularizada.

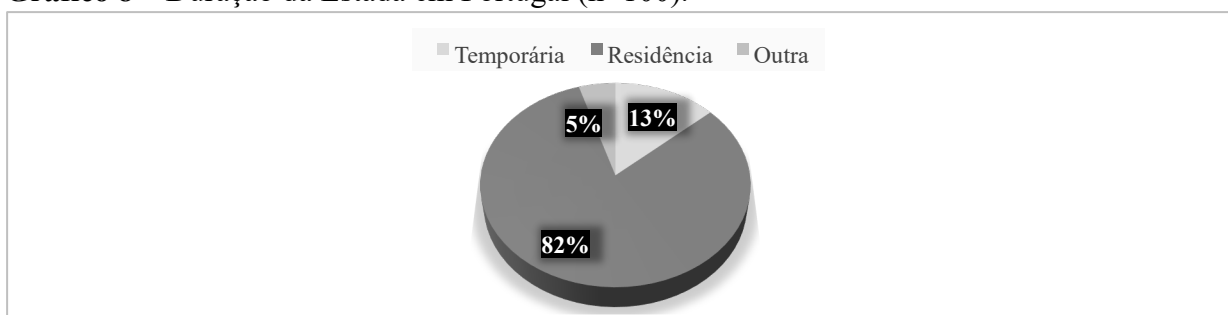
Gráfico 7 – Situação legal da entrada em Portugal (n=104).



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Apesar de a maioria dos imigrantes brasileiros investigados neste estudo estarem com situação legal regularizada, observa-se que 7% dos participantes declaram estar em situação não regularizada. Uma análise mais detalhada dos dados relativos à situação não regularizada revela que, entre esses participantes, dois deles indicam que a sua permissão de residência expirou e ainda não obtiveram retorno SEF ou estão atualmente num processo de regularização em andamento. Quanto à duração da estadia no país, constatou-se, conforme demonstrado no Gráfico 8, que a maioria dos participantes relata estadias de natureza permanente 82%, ao passo que 13% mencionam estadias de caráter temporário.

Gráfico 8 – Duração da Estada em Portugal (n=100).



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Dito isso, no âmbito das motivações que levaram os participantes a escolher Portugal como país de destino, observa-se pelo disposto na Tabela 6 que 33,7% que estes o fazem com o propósito de estabelecer fixação de residência, enquanto 27,9% optam por estabelecer-se no país para prosseguir com as suas habilitações literárias. Infere-se que essa estatística relativa à motivação

de estudo está em concordância com os dados relativos às qualificações académicas dos participantes (Tabela 2), uma vez que 36,3% relataram possuir pelo menos uma Licenciatura, bem como habilitações superiores à Licenciatura (56,9%). Essa associação entre as motivações para a estadia e o nível de habilitações dos participantes proporciona uma base para a análise e compreensão desses dois fatores.

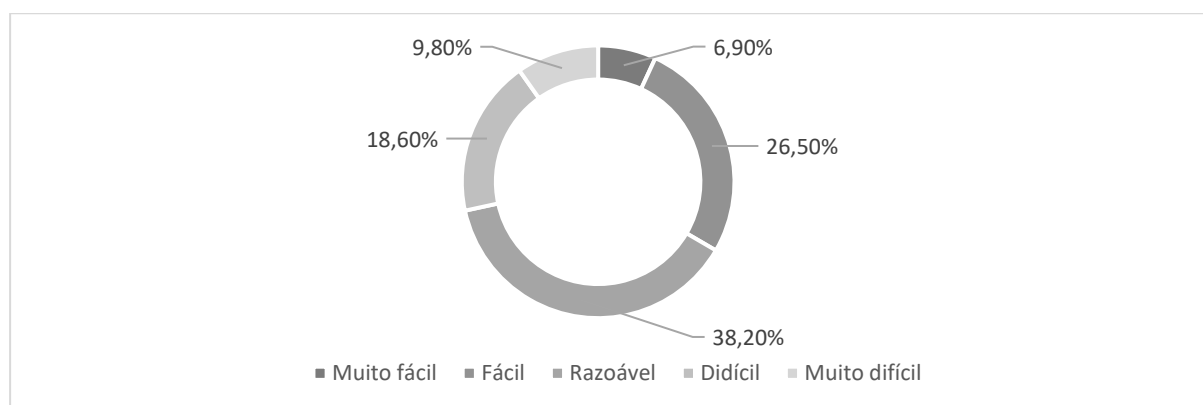
Tabela 7 – Motivação da estadia em Portugal.

	N	%
Trabalho e Investigação	20	19,2
Estudo	29	27,9
Familiar	8	7,7
Fixação de residência	35	33,7
Outro	12	11,5
Omisso	0	

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Dentro da Caracterização da Situação Legal em Portugal, é fundamental considerar a perspetiva dos participantes em relação à sua adaptação, pois permite uma compreensão mais abrangente das experiências individuais e coletivas dos imigrantes.

Gráfico 9 – Nível de Adaptação em Portugal.



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Desse modo, realizou-se a análise dessas perspetivas com o objetivo de contribuir para uma compreensão mais profunda das questões relacionadas à situação legal e adaptação no país. No que diz respeito à perspetiva compartilhada pelos participantes, verifica-se que a questão dos

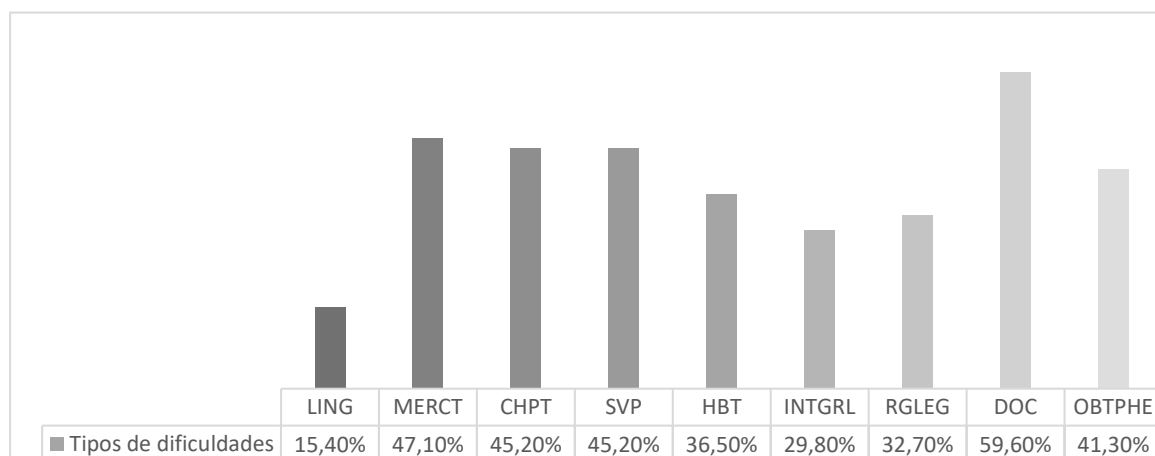
aspectos legais, incluindo a simplificação e a redução da burocracia para regularização, bem como medidas relacionadas à imigração ilegal, é um tópico recorrente observado a partir da questão aberta do inquérito. A seguir, destacam-se duas perspectivas dos participantes em relação a essa questão mencionada anteriormente:

“Já é mais do que comprovado a importância da imigração em Portugal, uma vez que os próprios portugueses estão a deixar o país em busca de melhores oportunidades. Já que Brasil e Portugal são considerados nações irmãs, deveria haver uma melhoria expressiva na regularização dos imigrantes, principalmente aqueles que já comprovam que trabalham, colaboram com o país. E aqueles que por alguma situação específica estão em dificuldades no momento” (P01).

“Acredito que Portugal não possui medidas eficazes contra a imigração ilegal. Não é raro ver nas redes sociais brasileiros desesperados que chegaram a Portugal sem dinheiro, de forma ilegal, sem o menor conhecimento sobre o país e a cultura. Acabam, infelizmente, por entrar em situações de exploração laboral, fome, entre outras [...]” (P02).

Desse modo, é possível observar a partir dos depoimentos acima que os participantes revelam a importância da imigração para Portugal, ao passo que levantam preocupações significativas em relação à regularização e à necessidade de abordar de uma maneira mais eficaz a questão da imigração ilegal, de forma a garantir condições dignas para aqueles que chegam ao país em busca de melhores oportunidades. Nesse sentido, realizou-se uma análise dos tipos de dificuldades enfrentadas pelos participantes:

Gráfico 10 – Tipos de dificuldades enfrentadas (n=104).



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Nota. LING – Língua; MERCT – Integração no mercado de trabalho (em termos gerais); CHPT – Comportamento/atitudes/costumes dos/as portugueses/as (em termos gerais); SVP – Serviços públicos; HBT – Hbitação; INTGRL – Integração com os locais; RGLEG – Regularização e legalização; DOC – Obtenção de documentação/burocracias dos serviços públicos portugueses; OBTPHE – Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experienciais.

Em conformidade com as partilhas mencionadas anteriormente, pode-se inferir que a maior dificuldade enfrentada pelos participantes é relativamente à obtenção de documentação/burocracia dos Serviços Públicos português (59,60%). Estes dados expõem a complexidade das questões relacionadas à imigração e a demanda por políticas e práticas mais abrangentes e eficazes, assim como a apropriação desse fenómeno por parte do Serviço Social, de modo a gerar conhecimento científico e intervir nesta realidade.

Capítulo IV – Discussão

Em conformidade com os propósitos delineados para esta pesquisa, na seção a seguir realizar-se-á a discussão pormenorizada e reflexão dos construtos considerados fundamentais neste estudo, a saber: percepções de discriminação, participação social e cultural, integração social e acolhimento.

4.1 Vivências de Discriminação, Participação Social e Cultural, Integração e Acolhimento: análise das percepções dos participantes

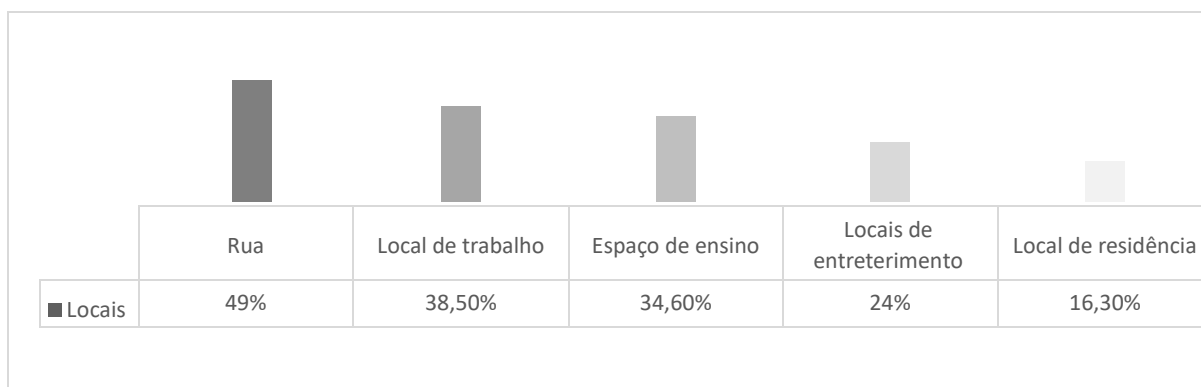
De forma a introduzir esta seção, torna-se necessário trazer para o contexto da pesquisa o termo “discriminação”. Moreira (2017) aponta que o conceito de discriminação possui atualmente uma pluralidade de significados devido a diversas formas de diferenciação, tais como culturais, económicas, sociais e raciais. Esta perspetiva amplia a compreensão do conceito de discriminação para além das categorias tradicionais, trazendo para o debate as manifestações de desigualdade e exclusão social. Além disso, Moreira (2017) observa que, nos tempos atuais, o termo "discriminação" ganhou uma dimensão moral e jurídica, ou seja, está associado ao tratamento injusto e arbitrário de indivíduos com base em raça/etnia, género, orientação sexual, entre outras formas de discriminação. Segundo Almeida,

As práticas que contribuem para a discriminação são protagonizadas por usuários/as, familiares, profissionais e gestores/as e não são de modo algum resultantes da perversidade individual. São construções sociais, são ideologias e, como tais, passíveis de serem desconstruídas através da mediação do trabalho político e educativo na dimensão individual e coletiva (Almeida, 2013, p. 78-79).

O Serviço Social, enquanto profissão, compromete-se com o combate à discriminação e a promoção da igualdade de oportunidades. Portanto, o assistente social em exercício de profissão atua em prol da garantia da igualdade e justiça a todos sem distinção, tendo em vista que a discriminação e o preconceito podem restringir o acesso das pessoas a recursos e oportunidades, limitando a sua capacidade de viver uma vida com dignidade e igualdade de oportunidades. No âmbito do preconceito, Almeida (2013) afirma que a invisibilização do preconceito refere-se ao ato de tornar invisíveis ou ignorar as experiências e as identidades de certos grupos sociais, geralmente de forma intencional e sistemática, pois “atua tanto através de dispositivos que não permitem o reconhecimento da existência de práticas discriminatórias, como o silêncio, a dissuasão dos/as que desejam denunciar, a rejeição do debate, quanto através da invisibilização da existência material dos próprios sujeitos” (Almeida, 2013, p.79). Portanto, o Serviço Social desempenha um papel crucial na contribuição para a compreensão aprofundada do fenômeno da discriminação, utilizando abordagens embasadas em teorias científicas do Serviço Social e práticas profissionais. Além disso, o assistente social também se empenha ativamente no combate à discriminação, alinhando-se aos valores e princípios éticos fundamentais que orientam a atuação dos assistentes sociais, tais como a Dignidade Humana, a Liberdade e a Justiça Social, os Direitos Humanos, a responsabilidade coletiva, a integridade profissional, a confidencialidade profissional e a sustentabilidade do ambiente e da comunidade (APASS, 2018).

Nessa perspectiva, de modo a responder a hipótese de pesquisa H₁: As vivências enquanto imigrantes brasileiros em Portugal estão associadas às experiências de discriminação, realizou-se uma correlação bivariada entre as variáveis: “Vivência enquanto imigrante” (M= 2,44; DP= 0,64) e “Experiências de discriminação” (M= 0,80; DP= 0,40), pelo que se verificou um coeficiente de Spearman = .53** (p < .01), o que corresponde a uma correlação significativa. Isto quer dizer que a hipótese de pesquisa foi confirmada, sendo possível inferir que os participantes que declararam ter sofrido experiências de discriminação maior será a probabilidade de experienciarem vivências de discriminação em Portugal, que podem variar desde tratamento injusto no contexto do trabalho, educação ou acesso a serviços, até preconceitos e estereótipos negativos enraizados na interação cotidiana com a sociedade portuguesa. Dos inquiridos nesta pesquisa, 79,8% declaram que já sentiram discriminação em Portugal, de forma a verificar o contexto das interações discriminatórias, verifica-se que entre os participantes que consideram ter sofrido discriminação, 49% declaram ter sofrido discriminação na rua e 38,5% no local de trabalho, como demonstrado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Locais de discriminação.

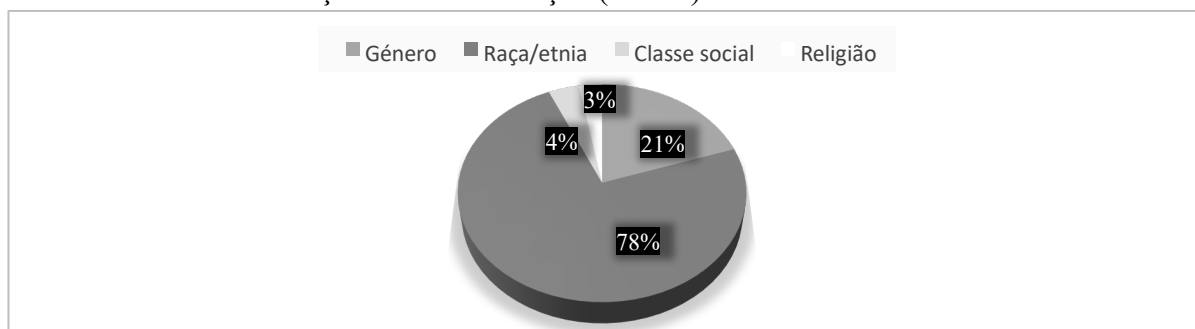


Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Nota. No presente conjunto de itens foram admitidas múltiplas respostas por participante, pelo que a soma das percentagens cumulativas não corresponde a 100%.

Quando questionados sobre o tipo de discriminação sofrida, 77,9% indicam que já sofreram discriminação em Portugal por origem racial/ étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem (Gráfico 12). A seguir, 21,2% declaram ter sofrido discriminação com base no género.

Gráfico 12 – Caracterização de discriminação (n=104)



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Nesse contexto, Machado (2007) ressalta que a questão racial está intrinsecamente ligada à da sexualização da mulher brasileira sendo predominantemente relacionada com a imagem associada à ideia da “mulata”, o que indica conexões entre as hierarquias raciais e os estereótipos de sexualidade. Em outras palavras, revela as raízes de um passado colonial e a maneira como as hierarquias raciais foram construídas e perpetuadas ao longo do tempo. Os estigmas associados a essas representações dos imigrantes brasileiros podem traduzir-se em obstáculos para acessar bens e serviços, como demonstrado no Gráfico 13, no qual 83% dos participantes relatam enfrentar dificuldades devido a estereótipos.

Gráfico 13 – Experienciação de dificuldades no acesso a bens e serviços com base em estereótipos.



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Tendo em vista este quadro e a pertinência das questões relativas às vivências de imigração dos participantes, realizou-se uma correlação bivariada¹² entre as variáveis “Vivência enquanto imigrante” (M = 2,44; DP = 0,64) e “Experienciação de dificuldades no acesso a bens e serviços com base em estereótipos” (M= 0,88; DP = 0,32), pelo que se verificou um coeficiente de Serman = .42 (p < .01), o que corresponde a uma correlação significativa moderada. Assim, os participantes que declaram ter sofrido algum tipo de discriminação e/ou exclusão social possuem uma probabilidade significativa de enfrentar dificuldades no acesso a bens e serviços com base em estereótipos, como no caso neste caso relatado:

“[...] Encontrar habitação é extremamente difícil, mesmo eu tendo condições para pagar a renda, estando já em Portugal há 4 anos, estando matriculada em uma Universidade e regularizada pelo sef, mesmo que eu me comunique com os senhorios por mensagem em algum momento eles percebem que sou brasileira e logo perguntam "tem nacionalidade portuguesa?[...]” (P03).

Observa-se a partir da resposta do participante as dificuldades em encontrar moradia, contudo, é preciso salientar que a questão da habitação tem sido um tema frequentemente debatido devido à gravidade da situação da habitação¹³ em Portugal tanto para os imigrantes de modo geral quanto para os portugueses. Segundo dados da Anistia Internacional (2023) estimase que mais

¹² Na interpretação das medidas é usual classificar-se a intensidade da relação segundo a escala: 0 a 0,2 relação muito fraca; 0,2 a 0,4 relação fraca; 0,4 a 0,7 relação moderada; 0,7 a 0,9 relação forte; 0,9 a 1 relação muito forte (Laureano & Botelho, 2010).

¹³ Consultar: <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/crise-da-habitacao-nas-grandes-cidades-uma-analise>

de 38 mil famílias se encontram em situação de carência habitacional. Segundo Magalhães (2019), o acesso à habitação não pode estar sujeito às oscilações do mercado imobiliário, bem como às variações nos rendimentos e nos investimentos. A moradia é fundamental na vida das pessoas, o Estado possui o dever de reconhecer o direito à habitação como uma responsabilidade coletiva, de modo a atender à precariedade e à falta de moradia como uma prioridade urgente. Entretanto, quanto se trata do acesso à habitação por parte das pessoas imigrantes são notórias as dificuldades encontradas¹⁴, como neste relato em que a questão da nacionalidade torna-se um imperativo para o acesso ao arrendamento. No âmbito do acesso às oportunidades dos imigrantes brasileiros em PT, destaca-se a seguinte resposta:

“[...] No meu antigo programa de doutoramento, por exemplo, não foi oferecido nenhum tipo de apoio a alunos estrangeiros que quisessem se candidatar a bolsas FCT, mesmo quando expressei o interesse em tentar. Simplesmente partiram do pressuposto que eu saberia me virar. Foi lamentável e desnecessário” (P04).

A perspetiva compartilhada pelo participante remete à importância do apoio aos imigrantes, tendo em vista que a falta de assistência e orientação adequada pode afetar diretamente na garantia de igualdade de oportunidades, seja na igualdade de tratamento como na igualdade de direitos. Outro elemento a trazer para o debate é a questão da língua, uma vez que são vários os relatos¹⁵ de brasileiros que apontam ter sofrido discriminação em escolas e universidades portuguesas, como por exemplo o relato da participante a seguir:

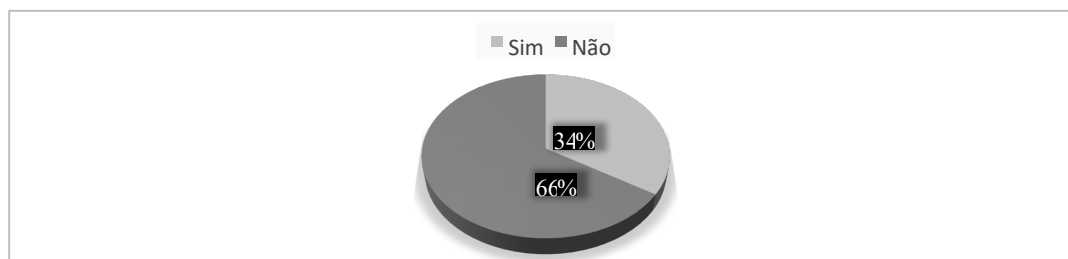
“[...] Estudo na Universidade de Coimbra e a maior dificuldade é a língua, basta eu falar uma palavra que todos sabem que sou brasileira, isso é motivo de "piadas" que perpetuam o preconceito em o brasileiro, imitações do nosso sotaque, tentativas de nos descredibilizar pela forma com que falamos e até a exclusão da conversa” (P05).

Desse modo, evidencia-se neste relato a discriminação com base no preconceito linguístico e de caráter segregacionista. Este tipo de discriminação pode levar à exclusão social e a não participação nos diferentes espaços da sociedade de acolhimento. Relativamente às considerações dos participantes sobre a valorização das variações da língua portuguesa (Gráfico 14), 66% dos participantes consideram que as variações da língua portuguesa não são valorizadas ou respeitadas em Portugal.

¹⁴ Consultar #MigraMyths - Desmistificando a imigração <https://casadobrasildelisboa.pt>

¹⁵ Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/05/05/p3/noticia/brasileiros-meia-lingua-portuguesa-palavras-sao-motivo-discriminacao-1961161>

Gráfico 14 – Percepções sobre a valorização das variações linguísticas da língua portuguesa em Portugal.



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

A língua portuguesa pode ser entendida como uma língua pluricêntrica. Trata-se, portanto, segundo Kuhn e colaboradores (2022), de uma língua que apresenta vários matizes, com marcas de outras línguas e que possui diferentes variedades faladas em múltiplos países e regiões distintas, nomeadamente os nove países que constituem a CPLP¹⁶. Isto significa compreender que o espaço lusófono é diverso e composto por uma pluralidade cultural de diferentes povos, o que demonstra que a língua portuguesa é heterogénea, sendo necessário desvincular os complexos e representações estereotipadas (Rodrigues & Brito, 2020).

Quanto à participação social e cultural, torna-se necessário trazer para a análise o entendimento de participação assumida no presente estudo:

O conceito de participação social é transferido deste modo da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem consequências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e económicas. Se a população apenas produz e não usufrui dessa produção, ou se ela produz e usufruiu, mas não toma parte na gestão, não se pode afirmar que ela participe verdadeiramente (Bordeneve, 2002, p.)

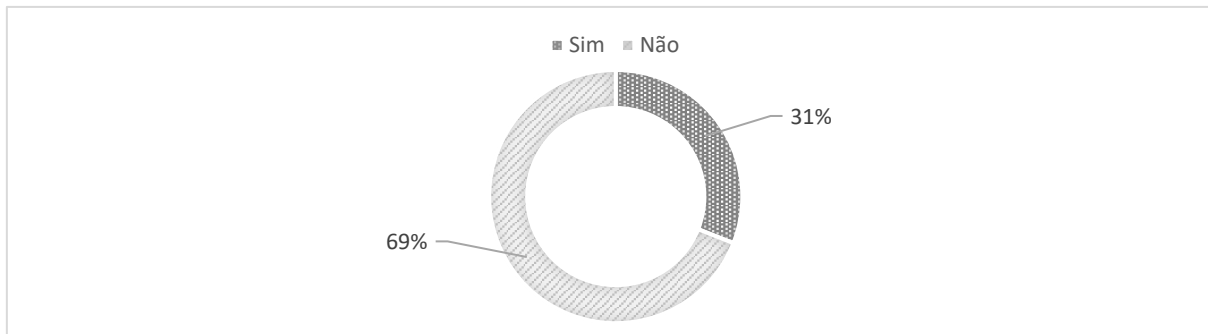
Compartilhando a ótica de Bordenave (2002), entende-se que uma sociedade democrática participativa é aquela em que todos os cidadãos estão envolvidos de forma equitativa na produção, gestão e usufruto dos recursos sociais. Este constructo foi medido através da frequência dos participantes em microparticipações¹⁷ e macroparticipações, tendo em vista que

¹⁶ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste.

¹⁷ Microparticipação refere-se à participação individual ou de pequenos grupos em atividades sociais, muitas vezes em nível local ou comunitário. Isso pode incluir a participação em eventos locais, programas comunitários ou esforços de voluntariado em uma escala menor, concentrando-se em questões específicas dentro de uma comunidade ou bairro. Macro participação refere-se à participação em atividades ou movimentos sociais em uma escala mais ampla. Isso engloba a participação em questões que abrangem comunidades maiores, a sociedade civil em geral e as esferas políticas. Pode incluir a participação em movimentos sociais, ativismo político,

as participações a nível micro constituem a aprendizagem para a participação em nível macro (Bordenave, 2002). Compreende-se que essas dimensões foram relevantes para o estudo, pois permitiram avaliar o nível de participação dos inquiridos na sociedade portuguesa. Em continuidade, ao questionar sobre a importância de fazer parte de alguma Associação ou Grupo, 69% afirmaram que é importante, enquanto 31% indicaram que não consideram importante, conforme demonstrado no Gráfico 15:

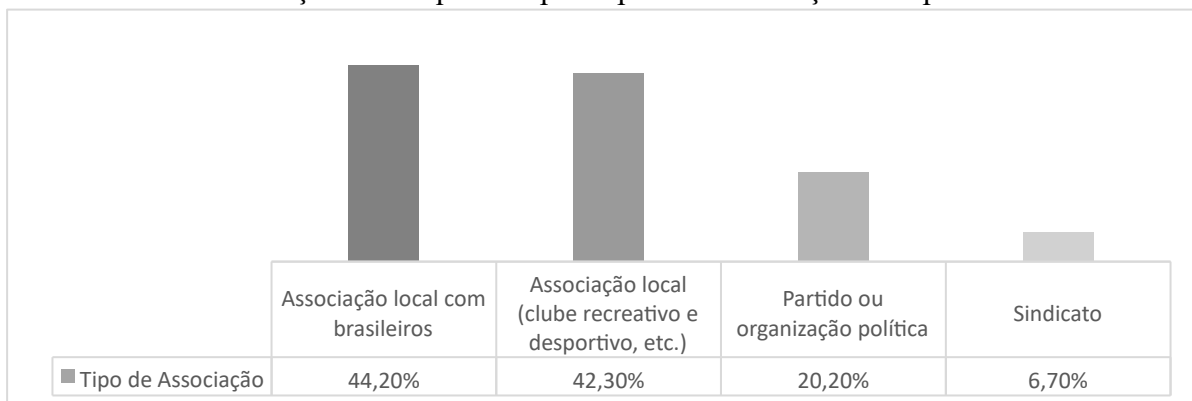
Gráfico 15 – Importância de participar de Associações/Grupos em Portugal (n=100).



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Quando questionados sobre o tipo de associação/grupo que consideram importante, as suas respostas foram as seguintes:

Gráfico 16 – Distribuição dos Inquiridos por Tipos de Associações/Grupos.



Nota. No presente conjunto de itens foram admitidas múltiplas respostas por participante, pelo que a soma das percentagens cumulativas não corresponde a 100%.

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Para obter mais informações sobre outras associações, incluiu-se uma opção “Outros” no inquérito, permitindo que os participantes escrevessem alguma associação que não estivesse previamente listada, pelo que observou-se as seguintes respostas: (1) “Associação Religiosa”

campanhas de alcance nacional ou global e outras iniciativas que buscam impactar amplamente as políticas ou estruturas sociais Bordenave (2002).

(P08); (2) “Nunca encontrei nenhuma que me fizesse sentir bem” (P09); (3) “Organizações não governamentais que trabalham com mulheres, mulheres migrantes” (P10); (4) “Não considero importante” (P11); (5) “Já existem tantas” (P12). Nesse seguimento, com o propósito de enfatizar as perspectivas dos imigrantes e reconhecer a relevância das suas vivências enquanto imigrantes, salienta-se a percepção a seguir:

“As políticas de imigração em Portugal são insuficientes. Parte desta insuficiência está relacionada, a meu ver, com a permanência do pensamento colonial na sociedade portuguesa de maneira geral. Há uma dificuldade muito grande de se reconhecer o "Outro" como uma figura humana completa, complexa, capaz, legítima -- algo que dá azo, por um lado, a políticas paternalistas, e, por outro, algo que sustenta microviolências que atravessam o cotidiano da pessoa imigrante. Essas microviolências são especialmente notáveis nas formas com que nos invisibilizam e visibilizam estrategicamente. Visibilizam quando é pra reproduzir hierarquias, quando é para apontar as nossas falhas e justificá-las pela nossa nacionalidade, raça ou etnia. Invisibilizam nos espaços de poder de maneira quase completa: falam absurdos com naturalidade, como se não estivéssemos presentes, e tentam minar a nossa participação ativa em cargos de poder” (P10).

Este entendimento narrado pelo participante sinaliza um elemento de significativa importância – a participação da comunidade imigrante nas esferas políticas e sociais. A participação da população nessas esferas é de fundamental relevância, especialmente quando se trata da temática da imigração, dado que a participação ativa dos grupos culturais/étnicos permite com maior facilidade a identificação dos problemas enfrentados, o que por sua vez viabiliza uma melhor definição de medidas que considerem as reais necessidades das pessoas (Costa, 2016). Na ocasião em que foram questionados acerca das categorias de instituições consideradas essenciais para sua integração em Portugal¹⁸, observou-se que a opção mais preponderante, com uma taxa de 70,48%, recaiu sobre o reconhecido Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), seguido pelo Centro de Emprego, com 55,7% das respostas.

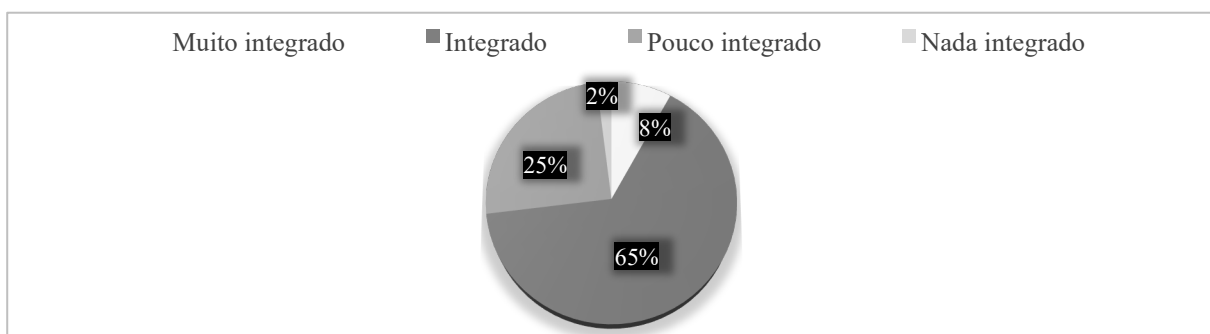
Em conformidade com Bordenave (2002), é preciso compreender a participação como algo mais complexo do que simples interações humanas ou meras estratégias para envolver indivíduos e comunidades em programas de assistência ou educação. É imperativo considerar a análise das classes sociais e da estrutura de poder, de forma a reconhecer que frequentemente essa estrutura de poder se opõe a qualquer tentativa de participação que questione ou desafie as

¹⁸ Consultar em anexo as categorias de Instituições consideradas essenciais para a integração em Portugal (Anexo 6).

classes dominantes e seus privilégios. Relativamente à integração social, Portugal tem implementado diversas estratégias e programas para a integração de imigrantes tais como programas de acolhimento que fornecem informações sobre a cultura local, legislação, acesso a serviços como saúde e educação e apoio linguístico. O país tem vindo a registar uma evolução positiva no âmbito das políticas e práticas de acolhimento e integração de imigrantes, são exemplos os Planos Nacionais para a Integração de Imigrantes e mais recentemente o Plano Estratégico para as Migrações (PEM)¹⁹ e os Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM)²⁰ (ACM, 2023).

Dito isso, ao abordar o conceito de integração social neste estudo, salienta-se que este guiou-se a partir da perspetiva do sociólogo Rui Pena Pires, na qual se entende por integração social “a constituição dos laços e símbolos de pertença coletiva nas relações entre pessoas e conjuntos de pessoas” (Pires, 2012, p.78), tendo como principais mecanismos de integração social “a pertença a grupos, no plano relacional, e o desenvolvimento de conhecimento comum, no plano simbólico”. Desse modo “a integração social é um estado de equilíbrio dinâmico entre pressões opostas presentes no funcionamento de cada mecanismo e processo de integração” (Pires, 2012, p.78). Assim, é crucial compreender a natureza multifacetada desse processo no contexto português. De acordo com Pires (2012), a integração de imigrantes não é meramente um processo de adaptação unidirecional, mas sim uma interação dinâmica que demanda mudanças institucionais e sociais substanciais, além de uma abordagem que promova uma sociedade inclusiva que implica, segundo o autor, a capacidade dos indivíduos migrantes participarem ativamente na vida socioeconómica e política do país de acolhimento, desfrutando de direitos e oportunidades equitativas, bem como de se envolverem de forma significativa em redes sociais e instituições. Nesse sentido, no âmbito deste estudo, constatou-se no Gráfico 17 que 65% dos participantes declaram sentir-se integrados em Portugal, enquanto 25% considera estar pouco integrado.

Gráfico 17 – Integração (n=100).



¹⁹ Consultar PEM em: <https://www.acm.gov.pt/pt/-/plano-estrategico-para-as-migracoes-pem->

²⁰ Consultar PMIM em: <https://www.acm.gov.pt/pt/web/10181/planos-municipais>

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

No âmbito dos conhecimentos dos participantes respeitante às ações e práticas de acolhimento e combate à discriminação, verificou-se que 55% dos participantes, durante a sua estadia em Portugal, não constatarem estratégias ou ações para prevenir/combater comportamentos discriminatórios, e 72% declaram não ter conhecimento sobre a existência de práticas de acolhimento que tenham em consideração a diversidade linguística e cultural dos imigrantes em geral. No entanto, é importante destacar a notável ênfase dada à questão da discriminação como um fator que impacta a integração na sociedade portuguesa retratada nas respostas dos participantes, de modo a exemplificar:

“A letra da Lei é até bastante eficaz, porém não há uma capacitação para técnicos e servidores públicos e nem muito menos o conhecimento por parte dos cidadãos comuns, o que dificulta a integração da pessoa migrante, pois existe um estereótipo enraizado na sociedade portuguesa a respeito de pessoas brasileiras, sobretudo para as mulheres. Trabalhei em projetos para integração de migrantes, onde eu era a única migrante da equipa e fui muito discriminada” (P22).

A visão compartilhada pela participante traz ao debate elementos cruciais sobre a integração e a discriminação – a visão da participação como um elemento fundamental para o processo de integração. Segundo Pires (2003), “o modo de integração social depende das reacções sociais à imigração e, em particular, da eventual emergência de processos de discriminação e estigmatização” (p.14). Relativamente à estigmatização, Elis (1994) argumenta que a estigmatização tem um efeito psicológico profundo nos indivíduos, levando à diminuição da autoestima e autorespeito. Segundo o autor, ao serem rotulados como *outsiders*²¹, os indivíduos podem internalizar esses estigmas, levando a um sentimento de inferioridade e exclusão. Isso pode prejudicar a sua capacidade de se integrarem plenamente na sociedade e de alcançarem o seu potencial como um todo.

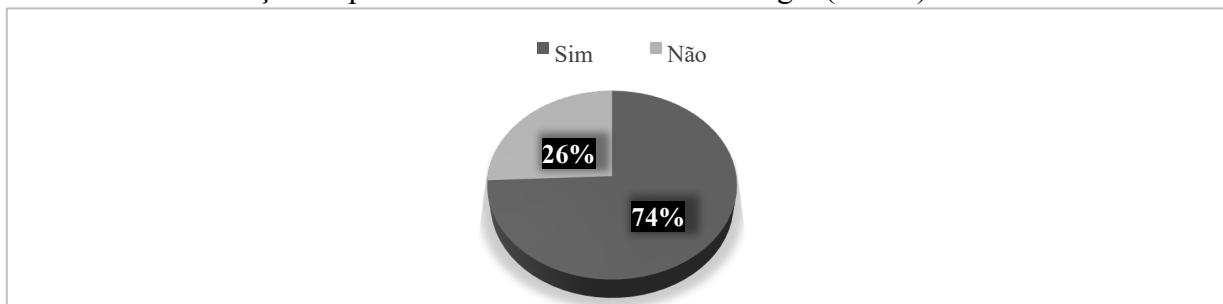
Em sequência da análise, o acolhimento de imigrantes perpassa por diferentes dimensões de práticas que visam facilitar a transição dos imigrantes para o país de acolhimento através da promoção da sua inclusão social, cultural e económica. Dessa maneira, este estudo propôs verificar o nível de acolhimento dos imigrantes brasileiros a partir da frequência de respostas às perguntas relativas à perceção de acolhimento e nível de participação social e cultural. A dimensão do acolhimento assumiu um importante elemento de análise para esta pesquisa, tendo

²¹ Entende-se por *outsiders* aqueles que são considerados diferentes ou externos à comunidade estabelecida.

em vista os objetivos e a hipótese de investigação: H₂: As práticas de acolhimento em Portugal estão associadas com a participação social e cultural dos imigrantes brasileiros. Deste modo, a dimensão do acolhimento: refere-se à forma como os imigrantes brasileiros são recebidos e integrados na sociedade portuguesa. Isso inclui políticas, programas e práticas destinadas a facilitar a transição dos imigrantes e promover sua inclusão social e cultural. A hipótese de investigação H₂: esta hipótese tem como objetivo analisar como as práticas de acolhimento específicas em Portugal impactam a participação social e cultural dos imigrantes brasileiros. Sugere-se assim, que existe uma associação entre as práticas de acolhimento e o nível de participação social e cultural dos imigrantes brasileiros na vida social e cultural em Portugal.

Nesse sentido, foi possível confirmar uma correlação significativa entre as variáveis “Percepção de práticas de acolhimento” (M= 0,26; DP= 0,44) e “Participação social e cultural” (M=2,46; DP= 1,26) pelo que se verificou um coeficiente de Spearman = .22 (p < .05). Esta correlação sugere que quanto mais positiva for a percepção das práticas de acolhimento, maior tende a ser a participação social e cultural dos imigrantes brasileiros em Portugal. De modo a aprofundar esta análise, verificou-se no Gráfico 18 que 72,1% afirma não ter conhecimento de práticas de acolhimento em Portugal, enquanto 25% considera ter conhecimento sobre práticas de acolhimento desenvolvidas em Portugal.

Gráfico 18 – Percepção de práticas de acolhimento em Portugal (n=100).



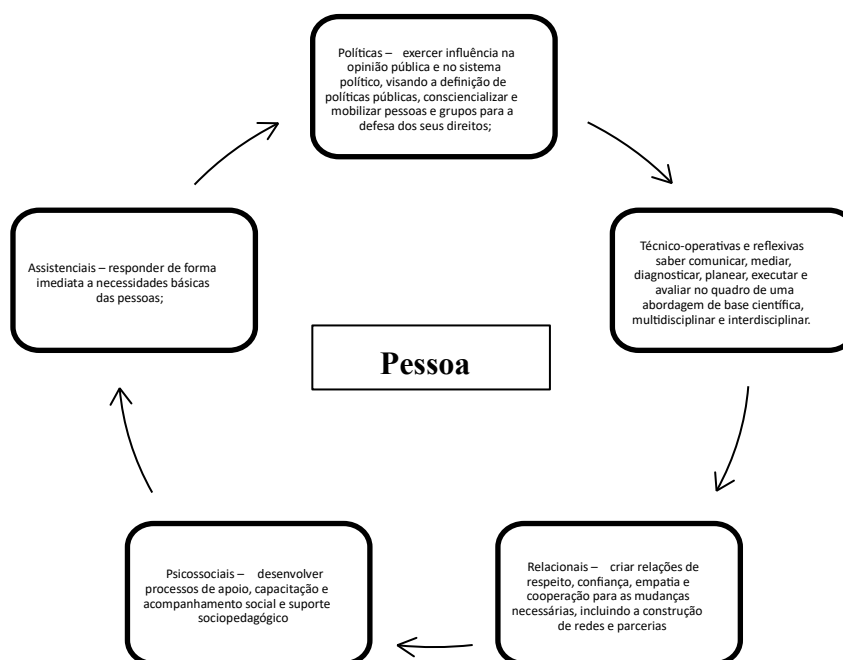
Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Esses resultados sugerem que uma percentagem significativa dos participantes cerca de 74% não está ciente das políticas, programas ou iniciativas específicas de acolhimento direcionadas a imigrantes em Portugal. Isso pode indicar a necessidade de aumentar a conscientização e a divulgação das práticas de acolhimento existentes a fim de garantir que os imigrantes possam beneficiar plenamente dos serviços e suporte disponíveis para esta população. Ao considerar esses dados, fica evidente a necessidade de estratégias de comunicação e divulgação mais eficazes que garantam de fato que as informações sobre práticas de acolhimento sejam amplamente acessíveis e compreendidas pela população imigrante, a fim de promover uma

integração bem-sucedida na sociedade portuguesa. Pode-se inferir que a ineficiência ou a falta de eficácia das práticas de acolhimento podem ter vários motivos, os quais podem incidir tanto na formulação inadequada dessas práticas (falta de visibilidade e comunicação, barreiras culturais e linguísticas, complexidade do processo de acolhimento, falta de apoio individualizado, atendimento às necessidades específicas dos imigrantes), assim como a falta de conhecimento por parte dos imigrantes (complexidade burocrática e falta de adaptação às necessidades locais).

Neste contexto, é de extrema relevância o olhar do assistente social sobre esta realidade, tendo em vista os domínios de atuação e as competências específicas do Serviço Social orientadas para uma prática emancipatória, tendo em vista que o “Assistente Social é um profissional da intervenção social com uma prática inter e transdisciplinar, que atua com e para as pessoas, numa lógica de cooperação” (APASS, 2018). No quadro das competências específicas do Serviço Social (Figura 2), destaca-se que estas são “complementares entre si, e expressam o seu desempenho público na sociedade” (APASS, 2018).

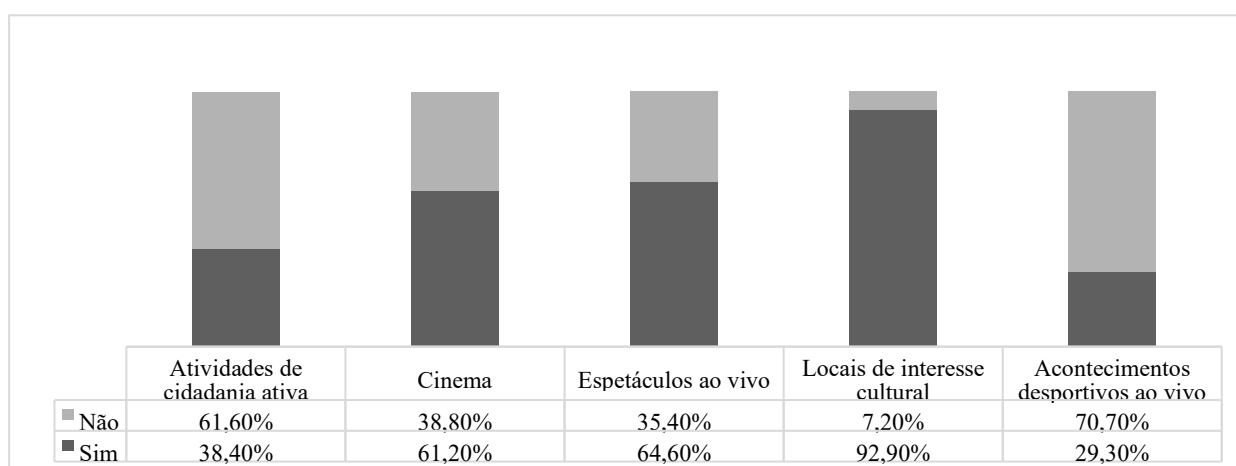
Figura 2 – Competências específicas do Serviço Social.



Fonte: elaboração própria a partir do Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (2018).

Quanto à participação social e cultural, esta foi medida através da frequência das respostas dos participantes às perguntas contidas no inquérito no “Bloco: Participação social e cultural”²², como se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 19 – Frequência de respostas aos itens da variável “Participação Social e Cultural” (n=100).



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados.

Ao avaliar a frequência das respostas relacionadas aos elementos da variável “Participação Social e Cultural”, foi possível quantificar o envolvimento social e cultural dos participantes na sociedade portuguesa. A frequência que assumiu maior expressividade refere-se a locais de interesse cultural, onde 92,90% dos participantes afirmam frequentar estes locais. Outro dado que assume expressividade refere-se às atividades de cidadania ativa, onde 61,60% afirmam não participar em atividades nesse âmbito. A importância de considerar o aspeto cultural neste estudo foi conduzido com base nas análises de Chauí (2021), nas quais a autora investiga o impacto da cultura na formação e prática da cidadania, enfatizando a necessidade de acesso igualitário à educação, arte e expressão cultural para promover uma cidadania ativa e completa. Além disso, a autora explora as interconexões entre cultura, política e sociedade, examinando como as práticas culturais podem moldar e ser moldadas pelos contextos políticos e sociais de um país. Entende-se que estes aspetos contribuem de modo geral para o entendimento sobre o envolvimento ou não dos participantes em diferentes contextos sociais e culturais.

²² Documento disponível em anexo (Anexo 2).

Conclusão

A presente pesquisa representa um esforço para compreender a complexidade da Imigração brasileira em Portugal. Através da aplicação de uma abordagem *mix-methods*, esta pesquisa foi capaz de fornecer uma análise abrangente e aprofundada sobre as percepções dos imigrantes brasileiros em Portugal sobre o processo de participação social, integração social e cultural e acolhimento na sociedade portuguesa. O fenómeno da migração tem suscitado uma demanda cada vez mais urgente. Devido à complexidade deste fenómeno, torna-se fundamental a compreensão das complexidades sociais, económicas e culturais que permeiam o processo da migração na atualidade.

A investigação do Serviço Social direcionada para imigrantes torna-se essencial no sentido de fornecer uma base sólida para a compreensão e enfrentamento deste fenómeno, juntamente com a elaboração e implementação de políticas e práticas emancipatórias que atendam efetivamente às necessidades e demandas desse grupo populacional. O Serviço Social é uma profissão que se posiciona na defesa da justiça e da equidade numa ótica de universalização do acesso a bens e serviços e à ampliação da cidadania (Netto, 2001). Isso evidencia que os valores e princípios da profissão estão alinhados com o objetivo central de melhorar a qualidade de vida das pessoas em todas as esferas, bem como os princípios enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem que garantem o direito à integração social de todos os cidadãos, independentemente da sua origem étnica, nacional ou social. A integração e a participação social e cultural da população imigrante são essenciais para alcançar sociedades justas e inclusivas e equitativas.

Com esta pesquisa, pretendeu-se uma maior apreensão e compreensão dos imigrantes brasileiros em Portugal, em diferentes contextos sociais e geográficos, que por sua vez possibilitou verificar os desafios interligados no processo de imigrar para um novo contexto societário e cultural, tais como: acesso limitado a recursos essenciais, barreiras linguísticas (mesmo sendo falantes da língua portuguesa), discriminação, estereotipação e dificuldades na integração socioeconómica. O Serviço Social contribui não só para a intervenção com esta população, mas também para a compreensão das realidades vivenciadas por esses sujeitos e comunidades. Portanto, quando se trata de compreender como o conhecimento teórico contribui para a prática, é essencial levar em consideração diferentes aspetos, tais como: promover a reflexão, praticar a autocritica, realizar análises críticas (avaliando de maneira crítica o conhecimento, as práticas, as políticas e as teorias), adotar uma abordagem metodológica crítica

inclusiva e emancipatória, direcionar o conhecimento originado na prática para a produção de novos saberes e, conseqüentemente, para intervenções eficazes.

Entretanto, torna-se imprescindível, nos contextos multiculturais, o aprofundamento de conceitos e metodologias que vão ao encontro das diversas demandas deste contexto (André & Jesus, 2022). Desse modo, partindo para a análise dos dados, realizou-se primeiramente a análise dos dados sociodemográficos, os quais revelaram uma amostra constituída principalmente por participantes do gênero feminino (89 em um total de 104 participantes), com uma média de idade de 35 anos. Tendo em vista uma amostra constituída principalmente por mulheres, torna-se pertinente trazer para o debate e reflexão a questão de gênero que implica diretamente na participação, integração, acolhimento discriminação, no sentido que “ser mulher migrante significa estar em uma complexa intersecção entre diferentes demarcadores sociais. O racismo, o sexismo, a colonialidade, as desigualdades de classe e a condição de migrante marcam suas vidas” (Gomes, 2013, p. 867). Em um estudo realizado por Pontes (2004), a autora sugere que essas relações complexas não apenas remontam ao colonialismo, mas também estão vinculadas a processos contemporâneos, como as migrações internacionais. Ela implica que os legados históricos do colonialismo, juntamente com as atuais dinâmicas de migração, contribuem para a forma como a mulher brasileira é percebida e posicionada dentro da sociedade portuguesa, incluindo questões de poder, identidade e representação.

Ainda sobre os dados sociodemográficos observou-se que 39,4% dos participantes afirmaram ser casados/as. A maioria deles/as (55%) possui habilitações superiores à licenciatura. Quanto à residência, a maior parte reside na região central (56%), seguida pela área Metropolitana de Lisboa (30%). Quanto ao período de entrada em território português, a maioria (58,7%) chegou entre os anos de 2019 e 2023. Em relação ao estatuto socioeconômico, verificou-se com maior expressividade participantes com estatuto médio (50%). Já no que tange a situação legal em território português, 87% dos participantes encontram-se com a situação regularizada. Sobre a duração/estatuto da estadia em Portugal, 82% relatam estadias de natureza permanente, ao passo que 13% mencionam estadias de caráter temporário. No que se refere à motivação dos participantes em escolher Portugal como país de destino, 33,7% o fazem com o propósito de estabelecer fixação de residência, enquanto 27,9% optam por estabelecer-se no país para prosseguir com as suas habilitações literárias.

Dito isso, os resultados obtidos revelam que 65% dos participantes declaram sentir-se integrados em Portugal, enquanto 25% considera estar pouco integrado. Por outro lado, a partir da confirmação da hipótese H₁: As vivências enquanto imigrantes brasileiros em Portugal estão associadas às experiências de discriminação, foi possível inferir que os participantes que declaram ter sofrido vivências de discriminação possuem maior probabilidade de reportarem

experiências de discriminação, que podem variar desde tratamento injusto no contexto do trabalho, educação ou acesso a serviços, até preconceitos e estereótipos negativos enraizados na interação quotidiana com a sociedade portuguesa. Este resultado sugere uma preocupação com a integração e o tratamento dos imigrantes brasileiros, apontando para desafios significativos que podem afetar a qualidade de vida e as oportunidades desta comunidade imigrante.

Através da correlação entre as variáveis “Vivência enquanto imigrante” e “Experienciação de dificuldades no acesso a bens e serviços com base em estereótipos” foi possível inferir que os participantes que declaram ter sofrido algum tipo de discriminação e/ou exclusão social possuem uma probabilidade significativa de enfrentar dificuldades no acesso a bens e serviços com base em estereótipos. Esse resultado revela as possíveis barreiras que podem afetar negativamente a integração e o bem-estar dos imigrantes brasileiros em Portugal, levantando preocupações no âmbito da equidade e da justiça social.

Foi possível confirmar ainda a hipótese H₂: As práticas de acolhimento em Portugal estão associadas com a participação social e cultural dos imigrantes brasileiros. Esta hipótese pode sugerir que quanto mais positiva for a percepção das práticas de acolhimento, maior tende a ser a participação social e cultural dos imigrantes brasileiros em Portugal. Dessa forma, pode-se inferir que as políticas e práticas de acolhimento mais favoráveis podem promover uma integração mais eficaz dos imigrantes na vida social e cultural no país de acolhimento. Além disso, destaca-se o dado adicional de que 72,1% dos imigrantes afirmam não ter conhecimento de práticas de acolhimento em Portugal. Este dado é preocupante, pois pode indicar uma lacuna na comunicação ou implementação das práticas de acolhimento.

No que se refere ao tipo de discriminação sofrida pelos participantes, 77,9% indicaram que já sofreram discriminação em Portugal por origem racial/étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem e 21,2% declaram ter sofrido discriminação com base no género. Isto aponta para a necessidade urgente de conscientização e implementação de ações para combater as formas de discriminação e promover a igualdade e inclusão em todas as esferas da sociedade portuguesa. Os resultados dessas estatísticas ressaltam a importância de uma maior conscientização pública e implementação de leis e políticas antidiscriminatórias mais abrangentes, bem como canais de denúncias eficazes.

Estas questões são fundamentais para promover a diversidade e a inclusão em todas as esferas da vida numa sociedade democrática. De modo a sistematizar e aprofundar a compreensão das experiências dos imigrantes brasileiros em Portugal em relação ao processo de integração, participação social e cultural e acolhimento, uma pergunta aberta opcional foi

incluída no questionário aplicado. Esta abordagem permitiu uma análise mais subjetiva das experiências de imigração em Portugal por parte dos participantes. As contribuições e relatos dos participantes enriqueceram significativamente a compreensão das trajetórias de vida e dos desafios enfrentados durante o processo de integração, ao mesmo tempo em que destacaram exemplos positivos, como a acessibilidade aos serviços de saúde, mencionada por um dos participantes. Por fim, verifica-se que os resultados apresentados se revelam significativos e pertinentes no âmbito da pesquisa em Serviço Social. Especificamente, na contribuição para melhorias do bem-estar da população imigrante, bem como para o contexto mais amplo de integração e participação social e cultural.

Isto é particularmente relevante à luz dos valores e princípios fundamentais que regem a prática do Serviço Social. A nível académico, esta investigação propõe-se a contribuir para o domínio científico em Serviço Social sobre o fenómeno da imigração e a compreensão da imigração brasileira em Portugal, de modo a gerar conhecimento sobre este fluxo migratório. A nível prático para a intervenção do Serviço Social, buscou-se contribuir para uma reflexão das práticas profissionais e trazer *insights* para o desenvolvimento de políticas e estratégias profissionais com base nas demandas reais e específicas desses cidadãos imigrantes em Portugal.

Como perspectivas futuras de investigação, sugere-se que este tema possa ser desenvolvido com amostras mais abrangentes e recorrer também a entrevistas como instrumento para a coleta de dados. Sendo um tema bastante relevante na atualidade, para o Serviço Social e para as Entidades que realizam orientação, apoio e acolhimento da população imigrante, pode ser relevante aprofundar a dimensão da integração social e as dificuldades no acesso a bens e serviços com base em estereótipos.

Referências Bibliográficas

- ACM (2023). Alto Comissariado para as migrações: Enquadramento Conceptual. Retirado de <https://www.acm.gov.pt/inicio>
- Almeida, M. S. (2013). Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física. In *Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social*.Org. Conselho Regional de Serviço Social –Rio de Janeiro.
- Almeida, H. N. (2002). Mediação um conceito e uma prática identitária do Serviço Social. I *Congresso Nacional de Serviço Social*, Aveiro, p.9.
- Afonso, F. S., Ana M. M., Bruna Pupatto Ruano, Carla Alessandra Cursino, Vieira, C., Amorim, C., Dornelles, C., Conceição Carapinha, Pereira, C., Martins, C., Damián Díaz, Daniela Doneda Mittelstadt, Moro, D., Eva, Silva, F., Gabrielle Rodrigues Sirianni, Giovana Lazzaretti Segat, & Mara. (2022). Português língua pluricêntrica: das políticas às práticas. Pontes Editores LTDA *EBooks*.
<https://doi.org/10.29327/5195579>.
- Amnistia Internacional Portugal (2023). *Pelo direito de todas as pessoas a uma habitação condigna*. (n.d.). Retirado em <https://www.amnistia.pt/peticao/pelo-direito-de-todas-as-pessoas-a-uma-habitacao-condigna/>
- Associação de Profissionais de Serviço Social. (2018). Código Deontológico dos Assistentes Sociais. Lisboa.
- Bardin, L. (2022). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Brannen, J. (1992). *Mixing methods: Qualitative and quantitative research*. Aldershort:

- Gower.
- Bell, J. (2008). Como realizar um projecto de investigação (4.^a ed.). Gradiva.
- Bordenave, J.E.D. (2002). O que é participação? 8^a ed. São Paulo: Brasiliense.
- Chauí, M. (2021). Cidadania Cultural: O Direito à Cultura. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. ISBN 978-65-5626-023-5
- Coutinho, C. P. (2023). Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas.: teoria e prática. Coimbra: Almedina.
- Costa, P. M. (2016). Os planos locais de integração dos imigrantes: a dimensão da participação cívica política, in Revista Migrações - Número Temático Planos de Integração para Migrantes, dezembro, n.º 13, Lisboa: ACM, pp. 67-88
- Creswell, J. W. (1999). Mixed-Method Research. *Handbook of Educational Policy*, 1(1), 455–472.
- Elias, N. (1994). “Introduction: a theoretical essay on established and outsider relations”, em Norbert Elias e John L. Scotson, *The Established and the Outsiders: a Sociological Enquiry into Community Problems*, Londres: Sage, pp. XV-LII.
- Ferreira, J. M. L. (2014). A investigação em Serviço Social: modelos para a compreensão da realidade. *Intervenção Social*, (38), 99–113. Obtido de <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1170>
- Ferreira, J.M.L. (2011). Contributos para o debate da epistemologia em Serviço Social. *Trabajo Social Global 2011*, 2 (1) 67-78
<http://tsghipatiaeditorial.com/index.php/tsg1/index>
- Fernandes, D., Peixoto, J., & Poletto Oltramari, A. (2021). A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. *Revista Latinoamericana De Población*, 15(29), 34–63. <https://doi.org/10.31406/relap2021.v15.i2.n29.2>
- França, T., & Padilla, B. (2019). Imigração brasileira para Portugal: Entre o surgimento e a construção midiática de uma nova vaga. *Cadernos De Estudos Sociais*, 33(2).
<https://doi.org/10.33148/CES2595-4091v.33n.220181773>

- Fortin, M. (2009). O Processo de Investigação: Da conceção à realização. (5ª Ed.). (N. Salgueiro, Trad.). Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas.
- Góis, Pedro et al. (2009). Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal, in Padilha, Beatriz e Xavier, Maria (org.). Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina, outubro 2009, n.º 5, Lisboa: ACIDI, pp. 111-133
- Gomes, M. S. (2013). O imaginário social em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *Dados*, 56(4), 867–900.
<https://doi.org/10.1590/s0011-52582013000400005>
- Magalhães, S. S. (2019). *Direito de propriedade privada vs. direito à habitação: dois direitos fundamentais no contexto das políticas de reabilitação urbana e habitação*. [Tese de Doutoramento]. Repositório UC. <http://hdl.handle.net/10316/90407>
- Malheiros, J. (2007). Os brasileiros em Portugal - A síntese do que sabemos. In: Malheiros, J. (Org.). *A imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007.
- Malheiros, J.; Padilha, B.(2015). Can stigma become a resource? The mobilization of aesthetic-corporal capital by female immigrant entrepreneurs from Brazil. *Identities*, v. 22, n. 6, p. 687–705.
- Moreira, Adilson José (2017). O que é discriminação? Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Justificando.
- Machado, I. J. R. (2007). Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.5889>
- Martins, I. (2015). Políticas de Imigração e Integração: Intervenção do Serviço Social. *Revista de Intervenção Social*. Lisboa: Universidade Lusíada. vol. 46. p.68.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2023, março). Tipo de Visto. Retirado de <https://vistos.mne.gov.pt/pt/vistos-nacionais/informacao-geral/tipo-de-visto> Ministério

- Público de Portugal. (2023, março). Tratados Internacionais. Retirado de <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/tratado-de-amizade-cooperacao-econsulta-entre-republica-portuguesa-e-republica-18>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2023, janeiro). Relações Bilaterais entre Brasil e Portugal <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/>
- Oliveira, C. (2022). Indicadores de integração de imigrantes. In *Alto Comissariado Para as Migrações. Relatório Estatístico Anual*. Retirado de <https://www.om.acm.gov.pt>
- Padilla, B. & França, T. (2017). *Migrações internacionais e políticas públicas portuguesas*. Mundos Sociais.
- Provedoria de Justiça. (2023). Monitorização da Atividade e do Processo de Extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras Relatório I julho de 2023. <https://www.provedorjus.pt/documentos/Relat%C3%B3rio%20SEF072023.pdf>
- Pires, R. P. (2012). O problema da integração. *Sociologia: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, 24. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1407>
- Pires, R. P., Machado, F. L., Peixoto, J., Vaz, M. J., Pinho, F., Azevedo, J., Sabino, C., & Chalalante, S. (2010). Portugal: Atlas das Migrações Internacionais.
- Pires, R. P. (2003). Capítulo 5. Processos de integração na imigração. In Cordeiro, G. Í., Baptista, L. V., & Costa, A. F. d. (Eds.), *Etnografias Urbanas*. Etnográfica Press.
- Pontes, L. (2004). Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, 23, 229–256. <https://doi.org/10.1590/s0104-83332004000200008>
- PORDATA (2023). Estatística sobre Portugal e Europa. Migrações em Portugal. Retirado de <https://www.pordata.pt/subtema/portugal/migracoes-34>
- Santos, José Rui; Henriques, Susana (2021). Inquérito por questionário [Em linha]: contributos de conceção e utilização em contextos educativos. Lisboa: Universidade

Aberta, 2021. 37 p. ISBN 978-972-674-896-0

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, SEF. (2023, abril). Entrada em Portugal: portal de informação ao imigrante. Retirado de <https://imigrante.sef.pt/entrada-em-portugal/>

SEFSTAT. (2023). Relatório de imigração Fronteiras e Asilo 2022. Retirado de <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalhe.aspx?nID=92>

Soares, F. (2011). *A importância da celebração de acordos bilaterais de comércio para o crescimento das exportações no período 2003-2010*.
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/3413/3/20712359.pdf>

Unidade de Coordenação Internacional. (2023). Guia Prático Acordo de Segurança Social entre Portugal e o Brasil (N58 – v1.02). In Segurança Social. Instituto Da Segurança Social, I.P.

Vilelas, J. (2009). Investigação: O processo de construção do conhecimento. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo.

Legislação

Constituição da República Portuguesa

Decreto Lei n.º 23/2007, de 4 de julho

Decreto Lei 18/2022, de 25 de agosto

Decreto Lei n.º 154/2003 de 15 de julho

Decreto Lei n.º 313/2021 de 9 de dezembro

Anexos
Anexo 1 Processo de Investigação

Processo de Investigação			
Pergunta de Partida	Hipóteses	Objetivo Geral	Objetivos Específicos
<p>Como os cidadãos imigrantes de nacionalidade brasileira percebem o processo de Integração Social, Participação Social e Cultural e Acolhimento em Portugal?</p>	<p>H₁: As vivências enquanto imigrante brasileiro em Portugal está associada as experiências de discriminação; H₂: As práticas de acolhimento em Portugal estão associadas com a participação social e cultural dos imigrantes brasileiros.</p>	<p>Identificar a percepção dos cidadãos imigrantes nacionais do Brasil relativamente ao seu processo de Integração Social, Participação Social e Cultural e Acolhimento em Portugal.</p>	<p>Tipificar a imigração brasileira em Portugal de forma a gerar conhecimento para a compreensão deste fluxo migratório;</p> <p>Sistematizar a percepção dos imigrantes brasileiros em Portugal sobre o processo de Integração Social, Participação Social e Cultural e Acolhimento em Portugal;</p> <p>Analisar as particularidades e singularidades das questões legais e normativas da imigração brasileira em Portugal.</p>

Fonte: elaboração própria.

Anexo 2 – Inquérito

Imigração brasileira em Portugal

Início do bloco: Introdução

No âmbito de uma Dissertação de Mestrado em Serviço Social, no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, que tem como principal objetivo identificar a percepção dos/as imigrantes brasileiros/as relativamente ao seu processo de acolhimento, integração e participação social em Portugal, sob orientação do Dr. Prof. Jorge Ferreira.

É necessário que os/as participantes possuam: 1) nacionalidade brasileira, 2) residência em território português, e 3) entre 18 a 65 anos de idade.

- A participação nesta investigação tem um carácter totalmente voluntário, podendo ser interrompida a qualquer momento.
- O inquérito tem uma duração aproximada de 10 minutos.
- Todos os dados recolhidos são anónimos e serão apenas utilizados para fins científicos.
- Não existem respostas certas ou erradas, sendo que nos importa apenas a sua opinião espontânea e sincera.

Agradecemos-lhe antecipadamente.

Investigadora: Lara da Rosa Duarte (lrdea@iscte-iul.pt)
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa Escola de Sociologia e Políticas Públicas.

Tendo tomado conhecimento sobre as características e condições do estudo, declaro que:

- Li e aceito participar no estudo (1)
- Não aceito participar no estudo (2)

Avançar para: Fim do inquérito Se Tendo tomado conhecimento sobre as características e condições do estudo, declaro que: = Não aceito participar no estudo

Fim do bloco: Introdução

Início do bloco: PERFIL DEMOGRÁFICO

Género

- Feminino (1)
- Masculino (2)
- Prefiro não identificar (4)
- Outro (3) _____
-

Indique, se desejar, a sua origem e/ou pertença étnico-racial.

Por favor, pense numa escada com 10 degraus, onde se podem colocar as pessoas. No degrau 10 estão as pessoas que estão melhor na vida (os mais ricos, com melhor educação e melhores empregos) e no degrau 1 estão as pessoas que estão pior na vida (os que tem menos dinheiro, menos educação e piores empregos). Em que degrau desta escada se situa?

- 1 (pessoas que estão pior na vida) (2)
- 2 (3)
- 3 (4)
- 4 (5)
- 5 (6)
- 6 (7)
- 7 (8)
- 8 (9)
- 9 (10)
- 10 (pessoas que estão melhor na vida) (11)

Idade

Estado Civil

- Solteiro/a (1)
 - Casado/a (2)
 - Viúvo/a (3)
 - União de Facto (4)
 - Divorciado/a (5)
-

Habilitações Literárias:

- Sabe ler e escrever, mas não frequentou a escola (1)
 - 9º Ano de escolaridade ou inferior (2)
 - Entre o 10º Ano e o 12º Ano de escolaridade (3)
 - Licenciatura ou Curso de Especialização (4)
 - Habilitação superior à Licenciatura (5)
-

Tem Filhos/as?

- Sim (1)
 - Não (2)
-

Apresentar esta pergunta:

If Tem Filhos/as? = Sim



Indique o número de filhos/as:

Apresentar esta pergunta:

If Tem Filhos/as? = Sim

Indique a idade dos/as filhos/as:

- Entre 0 a 5 anos (1)
- Entre 6 a 10 anos (2)
- Entre 11 a 18 anos (3)
- Mais de 18 anos (4)



Ano de entrada em Portugal:

Situação legal:

- Regularizada (1)
- Não Regularizada (2)
- Outra (3) _____

Apresentar esta pergunta:

If Situação legal: = Não Regularizada

Se não regularizada, porquê?

- Por falta de informação (1)
 - Por desconhecimento da lei (2)
 - Por falta de meios financeiros para o fazer (3)
 - Por receio de ser identificado/a (4)
 - Outro (5) _____
-

Emigrou para Portugal:

- Sozinho/a (1)
 - Com companheiro/a (2)
 - Com companheiro/a e filhos/as (3)
 - Com outros familiares (4)
 - Com filhos/as (5)
 - Com amigos/as (6)
 - Outro (7) _____
-

Quando veio para Portugal já tinha familiares a residir neste país?

- Sim (1)
 - Não (2)
-

Qual a sua área de residência?

- Norte (1)
 - Centro (2)
 - Sul (3)
 - Área Metropolitana de Lisboa (4)
 - Área Metropolitana do Porto (5)
 - Açores ou Madeira (6)
-

Qual a duração da sua estada em Portugal?

- Temporária (1)
 - Residência (2)
 - Curta duração (3)
 - Sazonal (4)
 - Outra (5) _____
-

Qual o motivo da sua estada em Portugal?

- Trabalho e Investigação (1)
- Estudo (2)
- Formação Profissional, estágio ou voluntariado (3)
- Familiar (4)
- Mobilidade jovem (5)
- Fixação de residência (6)
- Outro (7) _____

Fim do bloco: PERFIL DEMOGRÁFICO

Início do bloco: EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO NA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

Já sentiu discriminação em Portugal?

- Sim (1)
- Não (2)

Avançar para: Q4 Se Já sentiu discriminação em Portugal? = Não

Considera que já foi discriminado/a em Portugal por:

- Género (1)
 - Origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem (2)
 - Classe Social (3)
 - Religião/Credo/Ideologia (4)
 - Identidade/Expressão de Género (5)
 - Orientação sexual (6)
 - Outro (7) _____
-

Em que locais considera que já sofreu discriminação em Portugal?

- Na rua (1)
 - No local de residência (2)
 - No local de trabalho (3)
 - No local de ensino (4)
 - Nos locais de entretenimento (5)
 - Outra (6) _____
-

Em relação à sua vivência enquanto imigrante brasileiro/a, até que ponto considera que...

	Nunca/ quase nunca (1)	Raramente (2)	Frequentemente (3)	Sempre (4)
Portugal perpetua estereótipos/preconceitos com imigrantes brasileiros/as? (1)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O acolhimento em Portugal perante os/as imigrantes brasileiros/as é positivo? (2)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Já se sentiu excluído/a e discriminado/a no local de trabalho? (4)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Já se sentiu excluído/a ou discriminado/a nos espaços de ensino? (5)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sente que o estereótipo sobre a comunidade imigrante brasileira se traduz em dificuldades no acesso a bens e serviços?

- Sim (1)
- Não (2)
- Não sei/prefiro não responder (3)

Fim do bloco: EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO NA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

Início do bloco: INTEGRAÇÃO SOCIAL

Como foi a sua adaptação em Portugal?

- Muito fácil (1)
 - Fácil (2)
 - Razoável (3)
 - Difícil (4)
 - Muito Difícil (5)
-

Qual/Quais tipos de dificuldades encontrou?

- Língua (1)
 - Integração no mercado de trabalho (em termos gerais) (2)
 - Comportamento/atitude/costumes dos/as portugueses/as (em termos gerais) (3)
 - Serviços públicos (4)
 - Habitação (5)
 - Integração com os/as locais (6)
 - Regularização/ legalização (7)
 - Obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses (8)
 - Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência (9)
 - Outra (10) _____
-

Durante a sua estadia em Portugal tem feito amizades?

- Bastantes (1)
 - Algumas (2)
 - Poucas (3)
 - Nenhuma (4)
-

Os seus/suas amigos/as são em maioria:

- Portugueses/as (1)
 - Outros/as imigrantes (2)
 - Imigrantes brasileiros/as (3)
-

A que tipo de serviços já recorreu em Portugal?

- Hospital (1)
 - Centro de saúde (2)
 - Junta de Freguesia (4)
 - Câmara Municipal (5)
 - Consulado (6)
 - Embaixada (7)
 - Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (8)
 - Polícia (9)
 - Associações (10)
 - Instituições Religiosas (11)
 - Loja do Cidadão (12)
-

De modo geral, o que pensa do atendimento dos serviços que recorreu?

- Excelente (1)
 - Bom (2)
 - Satisfatório (3)
 - Mau (4)
 - Péssimo (5)
-

Apresentar esta pergunta:

If A que tipo de serviços já recorreu em Portugal? = Consulado

O que pensa do atendimento do Consulado?

- Excelente (1)
 - Satisfatório (2)
 - Mau (3)
 - Péssimo (4)
-

Considera importante fazer parte de alguma associação ou grupo em Portugal ?

- Sim (1)
 - Não (2)
-

De que tipo?

- Associação local com brasileiros/as (1)
 - Outro tipo de associação local (clube recreativo e desportivo, etc.) (2)
 - Partido ou organização política (3)
 - Sindicato (4)
 - Outra (5) _____
-

Para se sentir integrado/a em Portugal considera importante:

	Muito Importante (1)	Importante (2)	Pouco Importante (3)	Nada Importante (4)
Ter família em Portugal (1)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter amigos/as portugueses/as (2)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter os/as seus/suas filhos/as na escola (3)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estar empregado/a (4)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter os mesmos comportamentos e hábitos culturais do que os/as portugueses/as (5)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conseguir comprar uma casa em Portugal (6)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Obter nacionalidade portuguesa (7)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Se precisasse de ajuda de emergência em Portugal a quem iria recorrer em primeiro lugar:

- Amigos do seu país (1)
 - Amigos Portugueses (2)
 - Colegas de trabalho (3)
 - Vizinhos imigrantes (4)
 - Vizinhos portugueses (5)
 - Familiares instalados em Portugal (6)
 - Serviços Públicos portugueses (7)
 - Instituições Religiosas (8)
 - Associações privadas/IPSS's sem carácter religioso (9)
-

Quais das seguintes instituições considera ser importante para apoiar a sua integração?

	Muito Importante (1)	Importante (2)	Pouco Importante (3)	Nada importante (4)
Câmara Municipal (1)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Junta de Freguesia (2)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro Local de Apoio a Imigrantes do município (3)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Serviço de estrangeiros e Fronteiras (SEF) (4)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ACM (Alto Comissariado para as Migrações) (5)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança Social (6)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Repartição de Finanças (7)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Emprego (8)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Transportes coletivos no município (9)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Biblioteca Municipal (10)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Universidade/instituição de ensino superior (11)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Embaixada/Consulado (12)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associação Local de Imigrantes (13)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

De modo geral, como avalia o modo como está integrado/a em Portugal?

- Muito integrado/a (2)
 - Integrado/a (3)
 - Pouco integrado/a (4)
 - Nada integrado/a (5)
-

De modo geral considera que é valorizada/respeitada as variações linguísticas da língua portuguesa nos diferentes espaços de interação com falantes do português de Portugal?

- Sim (1)
 - Não (2)
-

No seu processo de imigração já observou estratégias e ações que permitam prevenir e combater comportamentos discriminatórios?

- Sim (1)
 - Não (2)
-

Tem conhecimento, no âmbito da sua estadia em Portugal, da existência de práticas de acolhimento que tenham em consideração a diversidade linguística e cultural dos/as imigrantes em geral?

- Sim (1)
 - Não (2)
-

De modo geral, considera que os/as imigrantes brasileiros/as se encontram:

- Muito integrados/as (1)
 - Integrados/as (2)
 - Pouco Integrados/as (3)
 - Nada integrados/as (4)
-

Quando chegou em Portugal teve algum apoio?

- Sim (1)
 - Não (2)
-

De que tipo de apoio beneficiou:

- Financeiro (1)
- Jurídico (2)
- Apoio psicológico/emocional (3)
- Alimentação (4)
- Saúde (5)
- Outro (6) _____

Fim do bloco: INTEGRAÇÃO SOCIAL

Início do bloco: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CULTURAL

Nos últimos 12 meses, participou em atividades informais de voluntariado? (Inclui a ajuda a outras pessoas, incluindo familiares que vivem noutros agregados, e atividades como cozinhar,

tomar conta de pessoas hospitalizadas ou em casa, acompanhar pessoas em passeios a pé ou para fazer compras, prestar ajuda a animais, e outras atividade desenvolvidas informalmente como, por exemplo, limpar florestas ou praias. São excluídas todas as atividades realizadas em benefício do seu agregado familiar, do seu trabalho ou para organizações de solidariedade social.)

Sim (1)

Não (2)

Nos últimos 12 meses, participou em trabalho de voluntariado formal? (Considere o trabalho voluntário formal, trabalho não obrigatório e não pago, realizado no âmbito de uma organização formalizada, incluindo instituições de solidariedade social e religiosas, clubes ou outros grupos formais como, por exemplo, Banco Alimentar, Cáritas, Liga Portuguesa contra o Cancro, União Zoófila, voluntariado nos museus e monumentos. Inclui a ajuda a pessoas, animais, comunidade ou em defesa do ambiente.)

Sim (1)

Não (2)

Nos últimos 12 meses, participou em atividades de cidadania ativa? (Inclui a participação nas atividades de um partido político, grupo de interesse local, numa consulta pública, grupos de militância, em protestos pacíficos como a assinatura de uma petição, de uma carta a um político ou comunicação social.

Sim (1)

Não (2)

Foi ao cinema nos últimos 12 meses?

Sim (1)

Não (2)

Nos últimos 12 meses assistiu a espetáculos ao vivo? Considere teatros, concertos, ópera, ballet e outros espetáculos de dança, sejam de âmbito profissional ou amador, incluindo espetáculos ao vivo em que os/as seus/suas filhos/as participaram).

Sim (1)

Não (2)

Nos últimos 12 meses visitou locais de interesse cultural? (Considere locais ou monumentos históricos, sítios arqueológicos, museus, galerias de arte, arquivos e bibliotecas nacionais, etc.)

Sim (1)

Não (2)

Nos últimos 12 meses assistiu a acontecimentos desportivos ao vivo?

Sim (1)

Não (2)

Fim do bloco: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CULTURAL

Início do bloco: Pergunta aberta

Realize, se desejar, uma breve reflexão sobre a política de imigração no contexto português e na sua relação com o Brasil.

Fim do bloco: Pergunta aberta

Início do bloco: Bloco 5

Neste estudo, procuramos avaliar a imigração brasileira em Portugal e os fatores que envolvem o processo de integração e participação na sociedade portuguesa. Adicionalmente, pretendemos compreender a percepção do/a imigrante brasileiro/a relativamente às suas condições e vivências da imigração.

Para submeter as suas respostas, deverá carregar na seta que se encontra abaixo. Caso pretenda ainda informações adicionais e/ou esclarecimentos relativos ao estudo e resultados poderá contactar a Investigadora Lara da Rosa Duarte (lrdea@iscte-iul.pt) ou deixe, por favor, o seu e-mail de seguida:

Fim do bloco: Bloco 5

Anexo 3 – Tipos de Vistos

Duração	Tipo de Visto	Motivo	Período	Regime Excecional
Temporária	Visto de estada temporária para trabalho sazonal	Trabalho subordinado sazonal	período superior a 90 dias	
	Visto de estada temporária para exercício de uma actividade independente.	Trabalho independente		
	Visto de estada temporária para o exercício de uma actividade de investigação científica em centros de investigação, de uma actividade docente num estabelecimento de ensino superior ou de actividade altamente qualificada	Actividade altamente qualificada	período inferior a 1 ano	
	Visto de estada temporária para o exercício de actividade profissional prestada de forma remota	Trabalho remoto / Nómada Digital		
	Visto de estada temporária para o exercício de uma actividade de investigação científica em centros de investigação, de uma actividade docente num estabelecimento de ensino	Docência		

	superior ou de actividade altamente qualificada			
--	---	--	--	--

	Visto de estada temporária para o exercício de uma actividade de desportiva amadora.	Actividade desportiva amadora		
	Visto de estada temporária para efeitos de transferência de trabalhadores entre países pertencentes à Organização Mundial do Comércio (OMC), para prestação de serviços ou formação profissional	Transferência de trabalhadores entre empresas ou em sede de prestação de serviços em que o requerente é funcionário há mais de 1 ano		

	Visto de estada temporária para o exercício de uma actividade de investigação científica em centros de investigação, de uma actividade docente num estabelecimento de ensino superior ou de actividade altamente qualificada	Investigação	período inferior a 1 ano.
	Visto de estada temporária para permanências frequência de programas de estudo, intercâmbio de estudantes, formação, estágio profissional não remunerado, voluntariado ou compromissos decorrentes de convenções ou acordos internacionais	Ensino secundário Licenciatura Mestrado Doutoramento Pós-doutoramento	períodos superiores a 3 meses
		Programa de mobilidade/ Programa de intercâmbio	
	Visto de estada temporária para efeitos de transferência de trabalhadores entre países pertencentes à Organização Mundial do Comércio (OMC), para prestação de serviços ou formação profissional.	Transferência de trabalhadores entre empresas para formação em que o requerente é funcionário há mais de 1 ano	Período superior a 1 ano

	Visto de estada temporária para frequência de curso em estabelecimento de ensino ou formação profissional.	Transferência de trabalhadores entre empresas para formação em que o requerente é funcionário há menos de 1 ano	permanências períodos superiores a 3 meses
	Ou Visto de estada temporária para frequência de programas de estudo, intercâmbio de estudantes, formação, estágio profissional não remunerado, voluntariado ou compromissos decorrentes de convenções ou acordos internacionais.		
	Visto de estada temporária	Estágio profissional não remunerado	
	Visto de estada temporária para frequência de curso em estabelecimento de	Formação Profissional	

	ensino ou formação profissional		
	Visto de estada temporária	Voluntariado	
	Visto de estada temporária para tratamento médico.	Tratamento médico	

	Visto de estada temporária para acompanhamento de familiar sujeito a tratamento médico.	Acompanhante de tratamento médico		
	Visto de estada temporária para frequência de programas de estudo, intercâmbio de estudantes, formação, estágio profissional não remunerado, voluntariado ou compromissos decorrentes de convenções ou acordos internacionais. Apenas aplicável a nacionais de países com quem Portugal assinou Memorandos de Entendimento. Consulte mais informações em Mobilidade Jovem.	Trabalho em tempo de férias/ intercâmbio ao abrigo de instrumentos internacionais		
	Visto de Estada Temporária	Reformados	períodos superiores a 3 meses, em casos excepcionais, devidamente fundamentados.	
		Pessoas que vivam de rendimentos		
		Formação religiosa junto de uma Congregação		

		Religioso a frequentar programa de estudo em estabelecimento de ensino reconhecido		
	Visto de Estada Temporária para acompanhamento de requerente de visto de estada temporária	Acompanhamento de familiar titular de visto de estada temporária		
Residência				
	Visto de residência para exercício de actividade profissional subordinada.	Trabalho subordinado	Período superior a 1 ano	
	Visto de residência para o exercício de actividade profissional prestada de forma remota para fora do território nacional / Nómada Digital	Trabalho remoto / Nómada Digital		
	Visto de residência para o exercício de actividade profissional independente ou para emigrantes empreendedores, incluindo "Startup Visa".	Empreendedores	Período superior a 1 ano	
	Visto de residência para actividade docente,	Actividade altamente qualificada Docência		

	altamente qualificada ou cultural e actividade altamente qualificada	Actividade altamente qualificada subordinada		
	exercida por trabalhador subordinado.			
	Visto de residência para exercício de actividade profissional subordinada.	Actividade desportiva		
	Visto de residência para investigação, estudo, intercâmbio de estudantes do ensino secundário, estágio e voluntariado.	Investigação Ensino secundário Licenciatura Mestrado Doutoramento Pós-doutoramento Programas de mobilidades/ Programas de intercâmbio		
	Visto de residência para investigação, estudo, intercâmbio de estudantes do ensino secundário, estágio e voluntariado.	Formação profissional		
		Estágio profissional não remunerado		
	Voluntariado			
Visto de Residência para efeitos de reagrupamento familiar.	Reagrupamento familiar para familiares de residente legal em Portugal, previamente autorizado pelo SEF	Período superior a 1 ano		

	Visto de residência para acompanhamento familiar de requerente de visto de residência.	Acompanhamento de familiar titular de visto de residência (quando a família viaja toda desde o país de origem)	
Fixação de Residência			
	Visto de residência para a fixação de residência de reformados, religiosos e pessoas que vivam de rendimentos.	Reformados Pessoas que vivam de rendimentos Formação religiosa junto de uma Congregação	

Anexo 4 - Tabela de Correlações

Descrição estatística e correlações das variáveis do estudo.

Variável	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	Ed	Vi	Pf	Pi	Psc	Edabse	Vvl	Pmpd	Ppa	Ap	Adp	Amz	Pas	Ni
Ed	104	,80	,40	—													
Vi	103	2,44	,64	,53**	—												
Pf	99	,18	,39	,04	,02	—											
Pi	99	,30	,46	,11	,08	,43**	—										
Psc	99	2,86	1,22	,19	,22*	,23*	,17	—									
Edabse	97	,89	,32	,48**	,44**	-,09	-,11	,12	—								
Vvl	100	,34	,48	-,30**	-,52**	,04	-,07	-,04	-,47**	—							
Pmpd	100	,43	,50	,01	-,10	,13	,16	,18	,03	,27**	—						
Ppa	101	,26	,44	,01	-,07	,21*	,22*	,22*	-,01	,15	,31**	—					
Ap	100	,32	,47	,06	-,12	,06	,01	,03	-,03	,19	,15	,18	—				
Adp	102	2,98	1,06	,34**	,49**	,01	,10	,04	,12	-,24**	,01	-,01	-,01	—			
Amz	102	2,42	,80	,26**	,27**	-,01	-,15	-,01	,09	-,11	-,14	-,15	,02	,31**	—		
Pas	103	3,23	,89	,13	,30**	-,08	-,06	,19	,24*	-,40**	-,14	-,14	-,07	,11	,06	—	
Ni	100	3,21	,61	,13	,34**	-,25*	-,26**	-,20	,11	-,27**	-,08	-,24*	-,06	,39**	,42**	,12	—

Nota. * $p < .05$ ** $p < .01$. Ed – Experiência de discriminação; Vi – Vivências enquanto imigrante; Pf – Participação Formal; Pi – Participação Informal; Psc – Participação social e cultural; Edabse – Experienciação de dificuldades no acesso a bens e serviços com base em estereótipos; Vvl – Valorização das variações linguísticas da língua portuguesa; Pmpd – Percepção de medidas preventivas a discriminação; Ppa – Percepção de práticas de acolhimento; Ap – Apoio em Portugal; Adp – Nível de adaptação; Amz: amizades em Portugal; Pas – Percepção do atendimento dos serviços; Ni – Nível de integração.

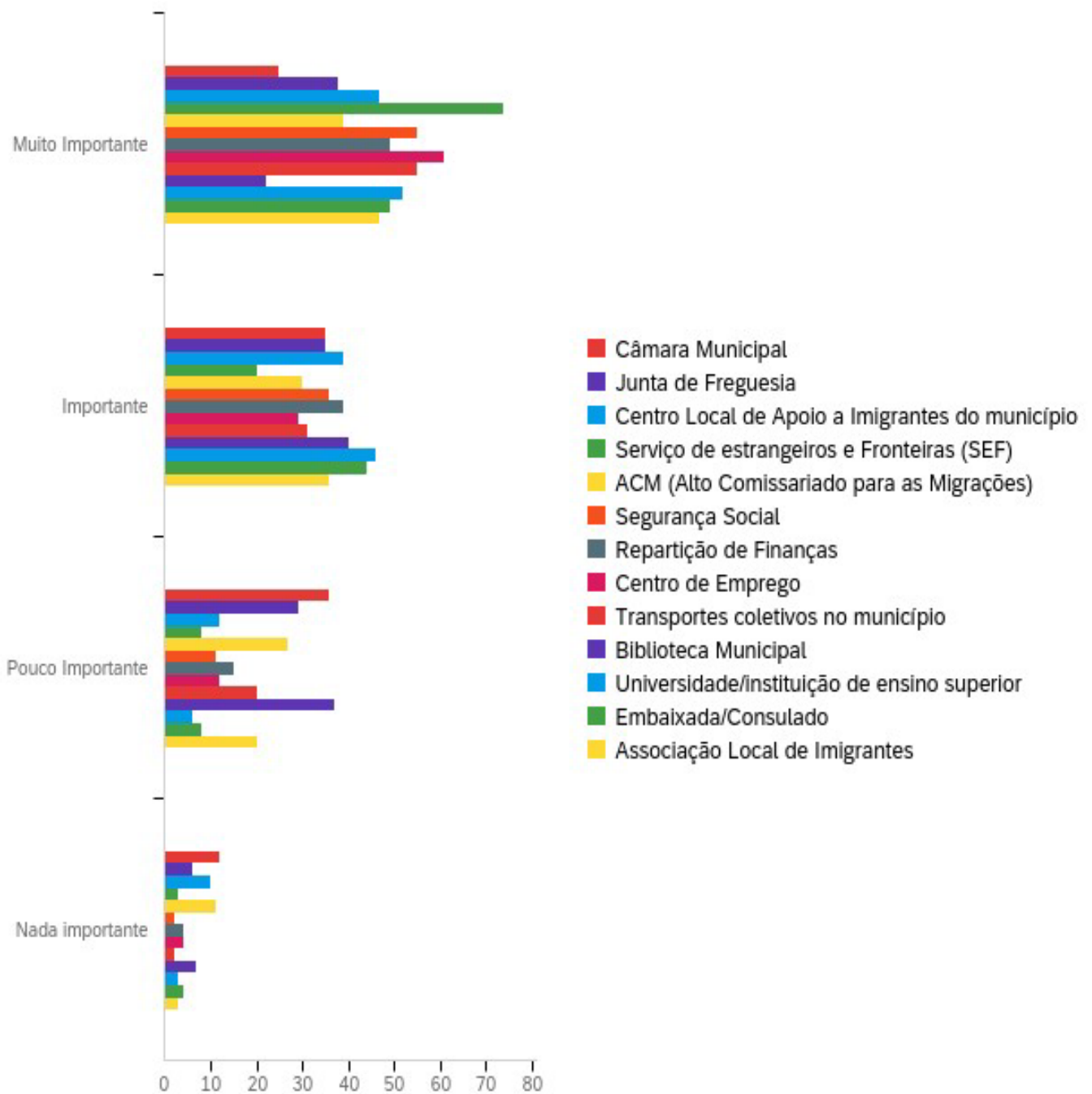
Anexo 5 - Quadro de dimensões de análise

Dimensão	Indicador	Categoria	Subcategoria
Caracterização dos cidadãos imigrantes	Sociodemográficos	Género	
		Idade	
		Filhos	
		Nível de Habilitações	
		Apoio	
		Familiar	
		Área de Residência	Portugal Continental
	Socioeconómicos	Estatuto socioeconómico	
Condições que potenciam ou limitam o acesso a bens e serviços	Situação Legal	Fatores que impedem o acesso	Informação
			Acesso
			Burocracia do Sistema
	Vivências enquanto imigrantes	Barreiras culturais	Estereótipos
			Língua
			Hábitos culturais
		Caracterização de discriminação	Género
			Etnia
			Religião
			Classe social
	Orientação sexual		
Questões legais e normativas	Regularização	Tipo de Visto/ Motivo de residência	Trabalho
			Estudo
			Investigação
			Familiar
			Ivestigação
			Formação
			Estágio
			Voluntariado

			Mobilidade Jovem
			Fixação de residência
	Tempo de Estada	Ano de entrada em Portugal	

Fonte: elaboração própria.

Anexo 6 – Quais das seguintes instituições considera ser importante para apoiar a sua integração?



Fonte: dados retirados a partir do software Qualtrics (2023).

Dados Estatísticos

#	Field	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variação	Contagem
1	Câmara Municipal	1.00	4.00	2.32	0.95	0.90	108
2	Junta de Freguesia	1.00	4.00	2.03	0.92	0.84	108
3	Centro Local de Apoio a Imigrantes do município	1.00	4.00	1.86	0.95	0.90	108
4	Serviço de estrangeiros e Fronteiras (SEF)	1.00	4.00	1.43	0.75	0.57	105
5	ACM (Alto Comissariado para as Migrações)	1.00	4.00	2.09	1.01	1.02	107
6	Segurança Social	1.00	4.00	1.62	0.75	0.56	104
7	Repartição de Finanças	1.00	4.00	1.76	0.83	0.69	107
8	Centro de Emprego	1.00	4.00	1.61	0.83	0.69	106
9	Transportes coletivos no município	1.00	4.00	1.71	0.83	0.69	108
10	Biblioteca Municipal	1.00	4.00	2.27	0.86	0.75	106
11	Universidade/instituição de ensino superior	1.00	4.00	1.63	0.72	0.51	107
12	Embaixada/Consulado	1.00	4.00	1.69	0.77	0.60	105
13	Associação Local de Imigrantes	1.00	4.00	1.80	0.84	0.71	106

Percentagem

#	Pergunta	Muito Importante		Importante		Pouco Importante		Nada importante		Total
1	Câmara Municipal	23.15%	25	32.41%	35	33.33%	36	11.11%	12	108
2	Junta de Freguesia	35.19%	38	32.41%	35	26.85%	29	5.56%	6	108
3	Centro Local de Apoio a Imigrantes do município	43.52%	47	36.11%	39	11.11%	12	9.26%	10	108
4	Serviço de estrangeiros e Fronteiras (SEF)	70.48%	74	19.05%	20	7.62%	8	2.86%	3	105
5	ACM (Alto Comissariado para as Migrações)	36.45%	39	28.04%	30	25.23%	27	10.28%	11	107
6	Segurança Social	52.88%	55	34.62%	36	10.58%	11	1.92%	2	104
7	Repartição de Finanças	45.79%	49	36.45%	39	14.02%	15	3.74%	4	107
8	Centro de Emprego	57.55%	61	27.36%	29	11.32%	12	3.77%	4	106
9	Transportes coletivos no município	50.93%	55	28.70%	31	18.52%	20	1.85%	2	108
10	Biblioteca Municipal	20.75%	22	37.74%	40	34.91%	37	6.60%	7	106
11	Universidade/instituição de ensino superior	48.60%	52	42.99%	46	5.61%	6	2.80%	3	107
12	Embaixada/Consulado	46.67%	49	41.90%	44	7.62%	8	3.81%	4	105
13	Associação Local de Imigrantes	44.34%	47	33.96%	36	18.87%	20	2.83%	3	106